

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE  
E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**COMÉRCIO INTERNACIONAL ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA  
DO SUL NOS ANOS DE 2005 A 2015 - ANÁLISE DO "EFEITO  
BRICS".**

**MARIA FERNANDA PEREIRA ROSSO  
Orientador: José Carlos de Oliveira**

**Brasilia-DF  
2016**

MARIA FERNANDA PEREIRA ROSSO

**COMÉRCIO INTERNACIONAL ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA DO SUL  
NOS ANOS DE 2005 A 2015 - ANÁLISE DO "EFEITO BRICS".**

Monografia apresentada como exigência do curso de graduação para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade de Brasília

**Brasília-DF  
2016**

**COMÉRCIO INTERNACIONAL ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA DO SUL  
NOS ANOS DE 2005 A 2015 - ANÁLISE DO "EFEITO BRICS".**

MARIA FERNANDA PEREIRA ROSSO

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

José Carlos Oliveira (orientador)

MA, Universidade de Brasília

---

Milene Takasago

Dra., Universidade de Brasília

CONCEITO FINAL: \_\_\_\_\_

**Agradecimentos:**

*Agradeço a todos que tornaram possível a conclusão deste curso, especialmente, mestres, funcionários e amigos da Universidade de Brasília.*

## RESUMO:

Após o final da Guerra Fria, as relações econômicas internacionais foram completamente modificadas. As nações tiveram maior liberdade de organizarem-se de acordo com seus interesses, sendo possível o estabelecimento de acordos, de blocos e outros grupamentos para áreas específicas. O fim do bilateralismo possibilitou a emergência de multipotências, o que dinamizou o cenário econômico e trouxe ao protagonismo países antes pouco conhecidos pelo seu potencial.

Os BRICS são um exemplo dessas mudanças. O acrônimo, criado no início dos anos 2000, espelha muito bem as perspectivas e expectativas inéditas que surgiram com o novo milênio. O crescimento de diferentes nações em desenvolvimento, e a vontade de convergência de assuntos comuns entre elas, resultou em uma nova dinâmica no comércio internacional. O BRICS é uma convergência de interesses que oportuniza maior liberdade no debate entre os países membros, além da organização de estratégias específicas de desenvolvimento das regiões, muitas delas impulsionadas pelas cinco nações, cada uma considerada, muitas vezes, protagonista em sua região.

Entretanto, pouco são os estudos sobre o quanto os BRICS podem ter modificado a economia dos seus membros e, especialmente, a influência que pode ter causado no comércio internacional entre eles. Dessa maneira, surgiu a ideia da realização desta monografia, a qual possui, como objetivo principal, analisar a influência do BRICS entre dois de seus Estados membros: o Brasil e a África do Sul. Dividida em quatro partes, a monografia analisará teorias do comércio internacional, a evolução da relação entre os países, indicadores de comércio em um período de cinco anos, anteriores e posteriores ao grupamento para, finalmente, concluir se o BRICS teve alguma influência no estreitamento das relações econômicas internacionais entre essas nações.

**Palavras-chave:** Comércio Exterior, BRICS, Brasil, África do Sul.

## **SUMMARY:**

After the end of the Cold War, international relations in economics were completely changed. Nations had greater freedom of organization following its own concerns, making possible to establish agreements, blocs and other different groups to specific matters. The end of bilateralism made possible the emergence of multipowers, what gave dynamism to the economical scenario in the world, and gave the main role to countries, which were barely known before because of its potential.

The BRICS are an example of those changes. The acronym, created on the beginning of the 2000's, shows clearly the perspectives and expectative which were never seen before, and which surged with the new millennium. The growth of different developing nations and the will among them to converge specific matter, which are common to them, resulted in a new dynamics in international commerce. The BRICS is a union interests. It makes possible the existence of more freedom in the debate among its members, as well as specific strategies of development of the regions, some of those who are boosted by the member of the BRICS from its region, which can also be considered the main character of its region.

However, there are few studies on how could BRICS have changed the economy of its members, specially analyzing the influence they could have had on international commerce among them. From that matter has emerged the idea of this study, which has as main objective to analyze the influence of the BRICS between two of its members: Brazil and South Africa. This study was divided in four chapters, which will analyze theories of international commerce, the evolution of the relation between both countries, numbers of commerce between them in a term of five years before and five years after the group to end up analyzing if the BRICS had some influence in narrowing economic international relations between them.

**Key Words:** International Exchange, Brazil, South Africa, BRICS.

## SUMÁRIO:

LISTA DE ABREVIACÕES & SIGLAS.....	8
LISTA DE GRÁFICOS.....	9
LISTA DE TABELAS.....	10
INTRODUÇÃO.....	11
1.REFERENCIAL TEÓRICO E BIBLIOGRÁFICO.....	14
I. As vantagens absolutas de Adam Smith.....	14
II. David Ricardo e as vantagens comparativas.....	15
III. Teoria de Hecksher-Ohlin.....	16
IV. O ciclo de produto de Vernon.....	18
V. A deterioração dos termos de troca e a CEPAL.....	20
VI. As Cadeias Globais de Valores e o século XXI.....	21
2. HISTÓRIO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ÁFRICA DO SUL.....	24
I. Período Imperial.....	24
II.O Brasil República.....	25
III.Efeitos da Segunda Guerra Mundial.....	27
IV. Relações bilaterais durante a Guerra Fria.....	31
V. A Redemocratização Brasileira.....	35
3. ANÁLISE DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA DO SUL PRÉ BRICS: DE 2005 A 2010:.....	39
I. Motivações para o comércio bilateral no Novo Milênio.....	39
II. Comércio Internacional entre Brasil e África do Sul: de 2005 a 2010.....	40
4. ANÁLISE DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA DO SUL PRÉ-BRICS: DE 2005 A 2010.....	47
I. O Brasil, a África do Sul e a institucionalização dos BRICS.....	47
II. Comércio Internacional entre Brasil e África do Sul: de 2011 a 2015.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXOS.....	67

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS:

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

AS – África do Sul

BR- Brasil

BRICs- Brasil, Rússia, Índia e China (até 2011)

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (após 2011)

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CGV- Cadeias Globais de Valores / Cadeia Global de Valor

FOB – *free on board*

H-O – Hecksher – Ohlin (modelo de)

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

NCM – Nomenclatura Comum do Mercosul

UE - União Europeia



**LISTA DE GRÁFICOS:**

<b>Gráfico 1: Exportações do Brasil para a União Sul Africana:</b> áreas selecionadas, de 1931 a 1952 (valores em US\$ 10 <sup>3</sup> ) .....	<b>29</b>
<b>Gráfico 2: Importações da União Sul Africana pelo Brasil:</b> áreas selecionadas, de 1931 a 1952 (US\$ 10 <sup>3</sup> ).....	<b>31</b>
<b>Gráfico 3:</b> Intercâmbio comercial brasileiro com a África do Sul, nas décadas de 1970 e primeira metade da década de 1980, em US\$ 10 <sup>3</sup> , FOB.....	<b>33</b>
<b>Gráfico 4:</b> Intercâmbio comercial brasileiro com a África do Sul, na década de 1980, em US\$ 10 <sup>3</sup> , FOB.....	<b>35</b>
<b>Gráfico 5:</b> Intercâmbio comercial brasileiro com a África do Sul, na década de 1990, em US\$ 10 <sup>3</sup> , FOB.....	<b>36</b>
<b>Gráfico 6:</b> Exportações Totais do Brasil para a África do Sul, de 2005 a 2010 – FOB.....	<b>43</b>
<b>Gráfico 7:</b> Importações Totais pelo Brasil, da África do Sul, de 2005 a 2010 – FOB.....	<b>43</b>
<b>Gráfico 8:</b> Exportações Totais do Brasil para a África do Sul, de 2011 a 2015 – FOB.....	<b>50</b>
<b>Gráfico 9:</b> Importações Totais pelo Brasil, da África do Sul, 2011 a 2015 – FOB.....	<b>50</b>

**LISTA DE TABELAS:**

<b>Tabela 1:</b> Principais mercadorias importadas da União Africana, pelo Brasil, de 1939 a 1946, em US\$ 10 <sup>3</sup> .....	<b>28</b>
<b>Tabela 2:</b> Principais mercadorias exportadas à União Sul-Africana, do Brasil, de 1939 a 1946, em US\$ 10 <sup>3</sup> .....	<b>28</b>
<b>Tabela 3:</b> Intercâmbio comercial brasileiro com a África do Sul, US\$ 10 <sup>3</sup> , FOB.....	<b>32</b>
<b>Tabela 4:</b> Produtos importados pelo Brasil, oriundos da África do Sul, por setor agregado, de 2000 a 2013, (em milhões de US\$, FOB).....	<b>42</b>
<b>Tabela 5:</b> Exportações para a África do Sul, de 2005 a 2010, por Seção segundo a NCM (% do total em US\$).....	<b>44</b>
<b>Tabela 6:</b> Importações oriundas da África do Sul, de 2005 a 2010, por Seção segundo a NCM (% do total em US\$).....	<b>45</b>
<b>Tabela 7:</b> Exportações para a África do Sul, de 2011 a 2015, por Seção segundo a NCM (% do total em US\$).....	<b>56</b>
<b>Tabela 8:</b> Importações oriundas da África do Sul, de 2011 a 2015, por Seção segundo a NCM (% do total em US\$).....	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO:

O final da Guerra Fria e da bipolarização mundial resultou em novas configurações econômicas internacionais. A partir do ano de 1990, projetos de integração, como o Mercado Comum do Sul e a União Europeia foram, finalmente, realizados, e houve a potencialização do agrupamento entre nações, principalmente em diversos blocos econômicos, zonas de livre comércio, uniões aduaneiras e projetos que facilitassem as trocas comerciais multilaterais.

Além disso, as crises que se sucederam em diferentes nações e que resultaram em grandes impactos internacionais tiveram força para modificar a economia mundial. No início da década de 2000, novas economias, de países emergentes, passaram a ter a atenção de economistas internacionais, como os chamados “Novos Tigres Asiáticos”.

Em 2003, o relatório “*Dreaming with BRICs: The Path to 2050*”<sup>1</sup> da Goldman Sachs, elaborado por Jim O’Neil, chama a atenção para a importância dos quatro países, Brasil, Rússia, Índia e China, como potências mundiais futuras. Somado ao bom desempenho que essas economias passaram a apresentar, mundialmente, o relatório ajudou a dar destaque para os países, que, em 2006, iniciam a coordenação de seus interesses de maneira informal, em uma reunião de trabalho antes da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. Posteriormente, em 2007 o Brasil assume a organização de uma nova reunião, o que despertou o interesse em aprofundar as relações, sendo realizada a primeira Cúpula de Chefes de Estado do BRICs, em 2009<sup>2</sup>.

A inclusão da África do Sul ocorre no ano de 2011, quando o país participa da III Cúpula do BRICs, na China, tendo em vista a importância do país para o continente Africano, e o desenvolvimento internacional daquela região.

Ainda existente e bastante ativo, o BRICS se difere dos demais grupos de países por não ser uma instituição, mas sim uma coordenação de nações com

---

<sup>1</sup> PURUSHOTHAMAN, R; WILSON, D. **Dreaming With BRICs: The Path to 2050**. Global Economics Paper No. 99. Goldman Sachs, 2003

<sup>2</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Mecanismos inter-regionais. BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China**. *on-line*.

características geopolíticas similares e ideias em comum, em diversas áreas. Sua característica tão peculiar dificulta uma análise profunda dos efeitos que causa nos países que o integram, tendo em vista que nem sempre estão coordenados em algumas matérias, como nas questões econômicas junto à Rodada Doha<sup>3</sup>.

Entretanto, é inegável que o BRICS oportunizou a projeção das nações que o compõem, e as destacou em seu cenário regional. Ademais, o projeto cada vez mais é aprofundado, e as relações, multilaterais ou bilaterais entre seus membros, ampliaram-se significativamente.

Tendo em vista essa problemática, esta monografia foi realizada com o objetivo de analisar o efeito do BRICS nas relações bilaterais entre o Brasil e a África do Sul, na área específica da economia. A metodologia adotada foi a análise qualitativa, básica, exploratória (bibliográfica). A respeito da metodologia, SILVEIRA e CÓRDONA (2009) pontuam que a pesquisa qualitativa não se preocupa com a análise numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, etc. Básica, a qual objetiva gerar novos conhecimentos, que sejam úteis, porém sem ter previsão de como aplica-los, e a exploratória a que objetiva fornecer maior familiaridade com o tema, e bibliográfica no que diz respeito a utilização de pesquisas teóricas já publicadas.

Foram utilizados bancos de dados do MDIC e do sistema *alicesweb* para a elaboração de tabelas e gráficos, desenvolvidos no programa Microsoft Excel 2013, a fim de compreender a evolução do comércio bilateral no período em análise.

---

<sup>3</sup> Conforme esclarecimento no *site* do MDIC: “A Rodada de Doha, que se estende há quase 10 anos, iniciou-se no Qatar, em novembro de 2001, durante a IV Conferência Ministerial da OMC. [...]”

A Rodada Doha, também conhecida como Rodada do Desenvolvimento, tem como motivação inicial a abertura de mercados agrícolas e industriais com regras que favoreçam a ampliação dos fluxos de comércio dos países em desenvolvimento. A Rodada Doha surge devido ao desbalanceamento entre os interesses dos países em desenvolvimento e os países desenvolvidos durante a Rodada Uruguai, onde novas disciplinas sobre Propriedade Intelectual e Serviços foram propostas pelos países desenvolvidos.”

A monografia está dividida em quatro grandes capítulos: o primeiro, o referencial teórico, aborda as principais teorias de comércio internacional, desde a institucionalização da economia como uma área da ciência. A finalidade deste capítulo é fornecer a base para a compreensão da dinâmica entre as duas nações e dos objetivos, as motivações e as vantagens na realização de comércio entre elas. A segunda parte trata de maneira sucinta sobre a história das relações comerciais entre o Brasil e a África do Sul.

O capítulo foi desenvolvido com o escopo de fornecer as bases da motivação política e econômica, ao longo da história, que possibilitou a aproximação entre as nações, despertou o interesse do estabelecimento das relações entre elas e o histórico das parcerias já realizadas, bem como os possíveis ganhos obtidos com o comércio bilateral.

O terceiro e último capítulo analisa as relações entre o Brasil e a África do Sul no período de dez anos – de 2005 a 2010, e de 2010 a 2015. Esse horizonte temporal foi escolhido por permitir uma divisão praticamente simétrica de um período anterior e posterior aos BRICS, pois não é tão grande que projete um afastamento exagerado e deveras longe da realidade mundial que influenciou o grupo, mas não muito curto que não permita uma análise mais aprofundada. Nele, serão analisadas as iniciativas econômicas entre as duas nações, antes do grupo e após ele, bem como o comércio bilateral em números e cestas de produtos selecionadas<sup>4</sup>. A análise tentará identificar, de maneira breve, a existência de vantagens comerciais entre as nações e se elas influenciaram o comércio dos países, relacionando-os resultados comerciais com acordos e reuniões temáticas ocorridas no âmbito dos BRICS, a fim de identificar a relação entre eles.

O último capítulo, de considerações finais, busca apresentar, após a pesquisa realizada, os resultados que se pode constatar sobre a influência dos BRICS no comércio entre as nações, respondendo ao objetivo central, já apresentado.

---

<sup>4</sup> Escolhidos de acordo com a sua importância em valor.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO E BIBLIOGRÁFICO

A necessidade do estudo do comércio exterior surgiu quando esse campo da economia passa a ser identificado como essencial para garantir o enriquecimento das nações. As trocas entre os países remontam aos primórdios das práticas econômicas entre diferentes civilizações, e a elas podem ser relacionadas práticas expansionistas que propiciaram a expansão do território conhecido pelo “velho mundo”, porquanto foi devido a busca de produtos para revenda que italianos e portugueses lançaram-se ao mar desconhecido.

Por meio do comércio internacional, países pudera obter vantagens na produção de bens, ao mesmo tempo que foi possível encontrar novas fontes de matérias primas e mercados consumidores. O estudo dessa área da economia tem sua importância para compreender fatores que motivam a realização das trocas entre países, quais são as bases adotadas, os ganhos obtidos, os padrões estabelecidos, as vantagens gerais que podem ser adquiridas<sup>5</sup>.

Na elaboração deste estudo, a revisão de teorias do comércio exterior terá a importância de ajudar na compreensão entre as motivações das relações entre o Brasil e a África do Sul e quais foram as vantagens esperadas com o estreitamento dessas relações, através dos BRICS, bem como o entendimento sobre os motivos do estabelecimento do grupamento, na forma como se encontra configurado. Esse estudo partirá das ideias de Smith até as ideias mais recentes e que possam contribuir para um entendimento das expectativas com o estabelecimento de relações tão peculiares entre os dois Estados.

### I. As Vantagens Absolutas de Adam Smith:

A economia como uma ciência institucionalizada tem seu surgimento atribuído à publicação de Adam Smith “A Riqueza das Nações”, em 1776, e

---

<sup>5</sup>Conforme Salvatore, “a teoria econômica internacional examina as bases e os ganhos decorrentes do comércio, as razões e os efeitos das restrições comerciais, as políticas dirigidas à regulamentação dos fluxos de pagamentos e receitas, e os efeitos dessas políticas sobre o bem-estar de uma nação”.

este pode ser considerado um dos primeiros teóricos formais do comércio exterior.

A ideia básica de Smith era que a motivação básica para o comércio voluntário entre duas nações era a busca de ganho entre ambas. Conceituou, dessa forma, a teoria das “Vantagens Absolutas”: o comércio entre nações é baseado na eficiência (vantagem absoluta) na produção de bens, o país com vantagem absoluta na produção de um bem se especializa nele e realiza troca com outra nação, que possui maior eficiência em produzir um bem diverso. Isso leva ao crescimento da produção do bem, e maior eficiência na produção. Conforme SALVATORE (2000, p. 19), o crescimento da produção dos bens corresponde aos ganhos da especialização na produção disponíveis para serem divididos através do comércio entre as nações, maximizando o bem-estar geral. Diferentemente dos mercantilistas, Smith defendia uma nova visão, na qual todos poderiam se beneficiar com o livre comércio internacional, não apenas um país em detrimento dos outros. Com o livre comércio, os recursos mundiais seriam utilizados da melhor forma possível para todos, sendo consideradas poucas restrições, como as estabelecidas às indústrias de importância à defesa nacional.

Importa destacar o contexto da teoria de Smith, que beneficiava os industriais, em detrimento aos donos de terra, o que é um reflexo do momento vivido na Inglaterra do século XVIII, em plena Revolução Industrial. Além disso, a teoria de Smith não era suficiente para explicar grande parte do funcionamento do comércio mundial, como o realizado entre países desenvolvidos, o que foi feito posteriormente pela teoria das vantagens comparativas de Ricardo.

## **II. David Ricardo e as Vantagens Comparativas:**

Apresentada em 1817 por David Ricardo, a teoria das Vantagens Comparativas demonstrou como duas nações podem ganhar, de fato, com a especialização de cada uma na produção e na exportação de commodities, mesmo quando uma delas possui desvantagem absoluta na produção de todas elas. Pelas vantagens comparativas, cada país deveria se especializar naquilo

em que sua desvantagem absoluta seja menor, e importar o bem no qual a sua desvantagem é maior. Conforme SALVATORE (2000, p. 20), uma vez determinado que uma nação possui vantagem comparativa em uma commodity, a outra nação deve necessariamente possuir uma vantagem comparativa na outra *commodity*. Isso permite que as duas nações tenham mais benefícios com o comércio exterior.

Ricardo considerava que o único fator de produção é o trabalho, o que faria com que os ganhos na produção decorressem apenas nas diferenças internacionais na produtividade do trabalho.

Uma exceção à lei das vantagens comparativas ocorre quando a desvantagem absoluta é a mesma para todas as commodities, quando uma nação é comparada em relação à outra, quando não haveria qualquer benefício na produção de nenhuma delas, não sendo viável um comércio benéfico.

Em 1936, uma nova interpretação à teoria ricardiana foi realizada por Gottfried Haberler. Uma das hipóteses simplificadoras utilizadas por Ricardo foi a teoria do valor trabalho<sup>6</sup>, a qual, entretanto, não correspondia a vida real. Haberler utilizou, então, a teoria do custo de oportunidade para explicar os custos do comércio exterior: o custo de uma commodity é a quantidade da outra commodity da qual se abre mão para que se tenha os recursos necessários para a produção de uma unidade adicional da primeira<sup>7</sup>. A base dos custos deixa de ser apenas a mão-de-obra, como preconizou Ricardo.

### **III. Heckscher-Ohlin e a Proporção de Fatores;**

De acordo com SALVATORE (2003), a teoria, inicialmente elaborada por Eli Heckscher e revisada por Bertil Ohlin, considera que a diferença nos ganhos de comércio está na diferença entre os recursos. A vantagem comparativa decorre da diferença na abundância e na intensidade de fatores entre as

---

<sup>6</sup> O valor ou o preço de um bem depende apenas da quantidade de mão-de-obra necessária para produzi-la, ou seja, a mão-de-obra é o único fator de produção.

<sup>7</sup> Conforme SALVATORE (2003,p.25), as diferenças nos preços relativos das commodities entre duas nações (...) são um reflexo das suas vantagens comparativas e propiciam as bases de um comércio mutuamente benéfico.



nações. Como a teoria enfatiza as trocas de fatores de produções entre diferentes países, sendo que as proporções que cada nação utiliza deles é variável, ela também é conhecida como a teoria da proporção de fatores.

A teoria de H-O considera um modelo com duas nações, nas quais a população possui os mesmos gostos, a tecnologia é a mesma e os recursos são diferentes, sendo que os países produzem dois bens, alimentos, cuja produção é terra-intensiva, e tecidos (produtos analisados) com produção capital-intensiva. Esses produtos requerem dois insumos que são limitados: terra e trabalho. Outra diferença em relação à teoria de Ricardo é que a teoria de H-O considera haver espaço para a escolha de como alocar os insumos; a teoria não considera a quantidade necessária para a produção de um bem, mas a efetivamente utilizada. A alocação dos fatores pode modificar a produtividade de cada bem. A escolha do que será produzido dependerá do custo relativo da terra e do trabalho: se o aluguel da terra estiver caro, e o custo do trabalho (salários) baixo, a produção utilizará menos terra em relação ao trabalho. Assim, a escolha dos insumos utilizados dependerá da relação entre eles.

Outrossim, a quantidade de fatores envolvidos e os seus custos definirá o preço final dos bens<sup>8</sup>. Conforme KRUGMAN (2003, p. 72), o que determinará o produto que uma economia exportará será o fator que ela mais emprega no seu processo produtivo, bem como a abundância desses fatores nessa economia (tendo em vista que isso determinará o custo de cada fator de produção).

Na consideração do comércio entre duas nações, é importante observar, na teoria de Heckscher – Ohlin, que o fator importante é a abundância de terra ou de trabalho, ou seja, não se considera a quantidade ou valores absolutos, mas sim a relação entre eles. Cada uma das nações é abundante em apenas um dos fatores. O comércio entre elas faz com que os preços relativos dos

---

<sup>8</sup> A relação do preço dos insumos utilizados e a sua quantidade irá interferir no preço final. De acordo com KRUGMAN (2003, p. 69) "The importance of a particular factor price to the cost of producing a good depends, however, on how much of that factor the good's production involves. If cloth production makes use of very little land, then a rise in the price of land will not have much effect on the price of cloth; whereas if food production uses a great deal of land, a rise in land prices will have a large effect on its price."

produtos convirjam. Ocorrerá que, em cada uma delas, o preço do bem em que elas são intensivas em fatores de produção aumentará, diminuindo a demanda, e tornando mais atrativa a sua exportação, e a importação do produto cuja abundância em fatores de produção seja menor<sup>9</sup>.

#### **IV. O Ciclo de Produto de Vernon;**

Em 1966, Raymond Vernon elabora a teoria do ciclo de produto, ao tentar entender, com o cenário norte-americano pós Segunda Guerra Mundial, quais os fatores que levariam ao desenvolvimento de um novo produto e, posteriormente, o deslocamento de sua produção a outros países.

Diferentemente das teorias neoclássicas de comércio internacional, que eram insuficientes para demonstrar as modificações econômicas que ocorriam, a teoria de Vernon não tem como base vantagens comparativas entre nações, mas sim diversos fatores dinâmicos, como as inovações na produção, as economias de escala e as incertezas futuras. Conforme PESSOA e MARTINS (2007, p.309) “Vernon atribui tal inadequação da teoria neoclássica do comércio à sua ênfase exclusiva nos custos relativos dos fatores produtivos e no conceito de vantagens comparativas (estáticas) como determinantes dos fluxos internacionais de comércio, deixando assim de considerar elementos outros, cuja importância já se mostrava bastante evidente, a saber: a cronologia das inovações, as economias de escala e a ignorância e incerteza decorrentes da informação limitada”.

O autor atribui três fases básicas no ciclo dos produtos: a primeira fase seria a de introdução, quando há poucos produtores e alto grau de diferenciação dos produtos. Os produtores ainda não têm as definições finais dos produtos, do tamanho do mercado consumidor, dos insumos necessários, além de as condições na capacidade de inovar não serem as mesmas. Vernon

---

<sup>9</sup> Conforme conclui KRUGMAN (2003, p. 76): “The general statement of the result is: Countries tend to export goods whose production is intensive in factors with which they are abundantly endowed.”

ainda considera que os consumidores são de renda elevada<sup>10</sup>, e influenciam nas modificações dos produtos e na sua permanência no mercado. Dessas, e das outras hipóteses iniciais<sup>11</sup> admitidas por Vernon, decorre a conclusão que o ambiente para a introdução de novos produtos são nações desenvolvidas, onde há ênfase na exportação de produtos não padronizados que incorporem mais tecnologia e menos intensos em mão-de-obra não especializada, e nas quais o ambiente econômico é favorável a esse desenvolvimento.

Na segunda fase, a de maturação, ocorrem mudanças importantes referentes à concorrência, pois é nessa fase que a oferta aumenta e se diversifica, aumentando a diversificação dos produtos. A demanda também cresce, o que intensifica a concorrência estabelecida pelos preços, influenciando na diversificação dos produtos na tendência de padronizá-los e diminuir, paulatinamente, os custos.

A última fase refere-se à padronização dos produtos. Nesta fase, as nações menos desenvolvidas ganham vantagem comparativa na produção, tendo em vista que passa a ser necessário maior uso de mão-de-obra barata e não especializada, além da abundância de fatores (tendo em vista já terem sido estabelecidos os insumos necessários para a produção).

Dessa maneira, pode-se considerar que a teoria de Vernon trata as vantagens comparativas de maneira dinâmica, porquanto ela se altera conforme o mercado de inovação, produção e reprodução se modifica. Outra diferença importante em relação as teorias neoclássicas é que sua teoria trata do comércio internacional entre indústrias, enfatizando a importância dos

---

<sup>10</sup> Ele admite que o cenário inicial é de baixa elasticidade-preço da demanda e alta elasticidade-renda da demanda. Como há diferentes produtos, o mercado acaba escolhendo quais deles irão permanecer.

<sup>11</sup> As quatro hipóteses básicas para Vernon, segundo PESSOA e MARTINS (2007, pp. 311-312) são: 1) As condições de acesso ao conhecimento científico requerido à criação de um novo produto não diferem significativamente entre empresas localizadas em quaisquer países avançados; 2) a capacidade do empresário de perceber oportunidades econômicas, determinada pela facilidade de comunicação e da proximidade geográfica entre produtores e consumidores influenciará na geração de novos produtos; 3) Dada a evidência de uma nova necessidade de consumo, o empresário se sentirá motivado a atendê-la, se avaliar a renda monopólica compensar o investimento inicial para a inovação; 4) o modelo do ciclo do produto trata da inovação em classes de produtos industriais voltados para consumidores de alta renda e cuja função de produção seja do tipo poupadora de mão-de-obra.

países desenvolvidos, além da diferença entre as nações e no comércio internacional, não enfatizando a produção de matérias-primas e commodities.

## **V. A Deterioração dos Termos de Troca e a CEPAL.**

A CEPAL foi criada no ano de 1948 como um órgão das Nações Unidas para estudos sobre problemas econômicos no continente. De acordo com SANTOS e OLIVEIRA (2008), a base de sua teoria foi desenvolvida por Raul Prebisch no ano de 1949, no Chile, e possui grande influência do cenário político-econômico da época em que foi desenvolvida. Pode-se entender a teoria cepalina a partir de duas proposições básicas: 1) as economias latino-americanas não podiam diversificar-se totalmente e eram pouco integradas com um setor de exportação de produtos primários dinâmico, não ocorrendo a difusão do progresso técnico para o resto da economia, o emprego de parte da mão-de-obra e o crescimento real dos salários. Não havia, nelas, uma indústria dinâmica que captasse grande parte da mão-de-obra e propiciasse o crescimento técnico, na região. 2) As economias do centro, que eram industriais, teriam maior oportunidade de crescimento e desenvolvimento, e, assim, crescimento da renda, além de que os produtos que exportavam possuiriam muito mais valor de troca.

Essa diferença entre as regiões provocava a deterioração dos termos de troca, ou seja, haveria a transferência dos ganhos dos países produtores primários àqueles industrializados, prejudicando o crescimento dos países latinos, que eram subdesenvolvidos.

Conforme SANTOS e OLIVEIRA (2008, p. 5), a teoria cepalina “visou compreender os principais problemas e características dos países que formam a periferia do sistema econômico internacional”. Os primeiros estudos da CEPAL tentavam identificar os problemas que ocasionaram e que foram oriundos da industrialização tardia da periferia mundial, influenciada após a Segunda Grande Guerra, e seus desdobramentos posteriores. Nesse sentido, identifica-se grande contribuição da CEPAL, não apenas na cunhagem de novos termos econômicos, mas também na maneira inovadora com que observaram os problemas de grande parte das economias mundiais.

Uma das grandes contribuições da teoria de Prebisch foi identificar as falhas na ideia da divisão internacional do trabalho como a responsável por ocasionar ganhos de eficiência iguais para os países ricos e pobres na economia mundial. Foi a partir dessa constatação que ele desenvolveu a sua teoria, a qual, basicamente, postula que os desequilíbrios na industrialização tardia da América Latina, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, originaram uma distribuição desigual do progresso tecnológico entre os países, concentrando os benefícios nas nações centrais, e ocasionando perda de preços relativo às nações periféricas.

## **VI. As Cadeias Globais de Valores (CGV) e o século XXI:**

As mudanças na divisão internacional do trabalho, ocorridas, sobretudo, na década de 1980<sup>12</sup>, resultaram em uma nova configuração na produção de bens. Com o objetivo de diminuir custos de produção, valores de frete, barreiras ao comércio, e potencializar o desenvolvimento criativo e tecnológico, cada vez mais responsável por agregar valores aos produtos e por gerar lucros para as empresas, os produtores têm globalizado diversas fases do processo produtivo.

Atualmente, a tendência é que as grandes multinacionais concentrem, em seu país de origem, a parte de desenvolvimento criativo e pesquisas, enquanto as diversas etapas da produção sejam desenvolvidas em vários países, muitas vezes sendo desenvolvidas por empresas especializadas em cada etapa da produção, do transporte, possibilitando a diminuição dos custos, o que também permite o acesso e a inserção das marcas em novos mercados.

Todo esse cenário de integração global, de setorialização produtiva e especificação e integração entre empresas para a produção de um bem final compõem a ideia de Cadeia Global de Valor. Apesar das diversas discussões terminológicas, um dos conceitos mais adequados é atribuída a GEREFFI e

---

<sup>12</sup> Conforme HENDERSON et. Al. , 2002,p. 440.

seus colaboradores (1994), para os quais a Cadeia Global de Valores (*Global Commodity Chains*) são<sup>13</sup>:

Conjuntos de redes interorganizacionais agrupados em torno de uma commodity ou produto, conectando famílias, empresas e Estados, uns aos outros ao longo de uma economia global. Essas redes são especificadas em sua situação, socialmente construídas e localmente integradas, enfatizando a integração social da organização econômica.

Conforme OLIVEIRA (2015, p. 38):

A cadeia produtiva de bens, que anteriormente concentrava-se dentro de um determinado país e na maioria das vezes nas mãos de uma única empresa, hoje se encontra dispersa geograficamente e fragmentada em diversas etapas, nas chamadas “cadeias globais de valor (CGV)”.

Importante destacar que a ideia de “valor” (ao invés de considerar-se Cadeias Globais Produtivas), conforme OLIVEIRA (2015, p.74), deriva do fato de destacar-se a importância da agregação de valor em cada etapa produtiva. Assim, com a especialização da produção da cada parte de um produto, desde a sua concepção até mesmo à fabricação de componentes, é possível intensificar o comércio de produtos intermediários e gerar uma interdependência nos processos produtivos de bens e serviços, pois, apesar da dispersão global, cada etapa está funcionalmente integrada<sup>14</sup>.

Como resultados dessa nova configuração produtiva e globalizadora, diversas mudanças estruturais podem ser percebidas na economia, a níveis internacionais, como um aumento significativo no preço das commodities, comparativamente aos manufaturados, principalmente a partir do século XXI. Além disso, observa-se maior industrialização nas nações em desenvolvimento, e maior preocupação das nações desenvolvidas na concepção de produtos e na geração de tecnologias, porém não mais uma concentração da produção em si. Diversas nações têm se tornado especialistas

---

<sup>13</sup> Apud HENDERSON et. Al., 2002, p. 440. Tradução da autora.

<sup>14</sup> Conforme OLIVEIRA (2015, p. 39): Estimativas preliminares de comércio medido em termos de agregação de valor demonstram que quase 30% do comércio global consistem de reexportações de insumos intermediários, o que indica uma crescente interdependência por meio de cadeias produtivas internacionais pode-se considerar que o termo “comércio internacional do século XXI” reflita, ainda que de forma imperfeita, as implicações da globalização comercial e suas profundas conexões com a globalização financeira e a globalização produtiva.

em setores muito específicos, como na oferta de serviços (a exemplo, os *call-centers* na Índia), na fabricação de componentes (México, Canadá), no direcionamento das exportações (como o Panamá), entre outro. Isso indica uma nova configuração econômica internacional, sendo atribuídas novas potencialidades às nações, de maneira integradora e muito menos excludente (esses casos são excepcionais, como a Coreia do Norte), e onde cada país passa a ter grande importância e participação no suprimento de bens, internacionalmente.

## **2. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ÁFRICA DO SUL:**

Neste capítulo será apresentado um resumo das relações entre o Brasil e a África do Sul, desde o reconhecimento do Brasil como Estado independente. O objetivo é traçar um panorama sobre a evolução das relações comerciais, entre os países, e das vantagens comerciais que foram apresentadas no decorrer dos anos. A partir do conhecimento sobre a trajetória das relações político-econômicas, será possível entender os fatores que os levaram à cooperação mútua, bem como as mudanças do Estado Brasileiro na condução das relações bilaterais com o país africano.

### **I. Período Imperial:**

No período Imperial, o Brasil necessitava firmar-se como nação, não tendo muito espaço para uma grande expansão de suas relações internacionais, o que resultou em uma regionalização da política exterior brasileira, durante o século XIX (SCHWARCZ, 2014).

Com relação ao continente africano, as relações brasileiras resumiram-se, no período Imperial, ao comércio de escravos. Quando foi decretado o fim desse comércio, no país, no ano de 1850, não houve mais o estabelecimento de relações significativas entre o país e o continente, sobretudo a região Sul-Africana, que ainda se encontrava separada em colônias diversas pertencentes à Inglaterra.

Como o Brasil mantinha grande vínculo com o país Europeu, além de buscar a sua inserção internacional, priorizando as relações com o Norte, não houve trocas comerciais expressivas até o estabelecimento da União Sul-Africana, no século XX.

As relações entre o Brasil e a África do Sul, portanto, sofreram forte influência do contexto internacional, e foram bastante instáveis desde que estabelecidas.



## II. O Brasil República:

No período anterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, de acordo com PENNA FILHO (2008 pp. 170-175), destaca-a visita do diplomata Alwyn Zoutendyk, entre 1917 e 1919, com o objetivo de conhecer o Cone-Sul (Brasil, Argentina e Uruguai), a fim de verificar áreas comercialmente interessantes para a União Sul-Africana. Nesse período, o diplomata traçou um perfil das possibilidades de comércio entre o Brasil e a União Africana.

Segundo o autor, quando o diplomata retornou ao país, no ano de 1936, como enviado especial do governo, já possuía ideia das áreas de interesse comercial, para a África do Sul, além de ter constatado que o desenvolvimento brasileiro ampliou a gama de possibilidades na realização de trocas. A análise dele se pautou, basicamente, na identificação das vantagens comparativas existente nas relações entre as duas nações.

PENNA FILHO (2008) aponta que, um dos destaques, era a menor distância entre as nações, relativamente aos demais parceiros econômicos da União Sul-Africana, o que resultaria em menores custos de frete nas operações comerciais. Ademais, o Brasil produzia manufaturados em ampla escala permitia que os produtos do país se tornassem competitivos no mercado exterior, o que possibilitaria a substituição de produtos similares, que a União importava da Europa ou dos Estados Unidos, e que possuíam valores de frete maior.

Em contrapartida, o diplomata identificou como vantajosa a exportação de carvão e de frutas, pela África do Sul. O primeiro produto era em virtude de o Brasil apresentar bom progresso econômico, com o crescimento na sua produção industrial, e a União possuía grandes reservas de carvão de boa qualidade, enquanto, no país latino-americano, eram utilizadas madeiras para movimentar as indústrias. Para os brasileiros, seria vantajoso, portanto, pois evitaria custos com a utilização de uma fonte de energia não eficiente, e seria possível a aquisição de matéria prima com qualidade superior, a baixo valor e menores custos de frete.

Com relação às frutas, esse produto contava na pauta comercial bilateral desde os anos de 1920, e era um mercado que tinha bastante representatividade nas relações comerciais do Brasil, com outras nações. Ademais, o Brasil só possuía vantagem comparativa no mercado de cítricos.

O diplomata ainda ressaltou que outros produtos, como vinho, tabaco, lagostas e aço, poderiam ser supridos, no mercado brasileiro, pela União, desde que fossem conseguidos preços competitivos.

O autor acrescenta que, do lado brasileiro, foi identificado o café como o produto líder nas exportações para a União, porém, o produto era de baixa qualidade. Ele identificou potencial de crescimento do mercado nessa área, o que seria bastante vantajoso, para o Brasil, porquanto no período a queima do café para manter os preços competitivos no mercado internacional era bastante praticada.

As madeiras do Brasil teriam grande potencial para conquistar o mercado Sul-Africano, uma vez que possuíam alta qualidade, e podiam ser destinadas para usos diversos, como a construção civil, indústria moveleira e na instalação de dormentes em ferrovias. Apesar do custo mais alto do produto, o fato de sua qualidade ser superior, possuindo durabilidade muito maior do que as oriundas do importador tradicional, a Austrália, criava boas expectativas para as exportações brasileiras. Nesse setor, ainda havia a possibilidade de se estabelecer um comércio de compensação entre as indústrias, trocando madeiras pelo carvão, o que já foi declarado por muitos industriais brasileiros.

Outros dois países que o Brasil apresentava potencial para conquistar mercados na África do Sul eram o cacau e o arroz, este cuja produção apresentava grande crescimento, devido a presença de imigrantes japoneses no país.

Um dos grandes problemas, identificados pelo diplomata, na intensificação do comércio entre as nações era as falhas na identificação do potencial dessas relações, além do sub-aproveitamento dos mercados já existentes e da inércia dos industriais brasileiros em estabelecer laços com os sul-africanos. Ambas as nações ainda privilegiavam as suas relações com o

norte, e a falta de laços políticos mais fortes, bem como a inexistência de representações oficiais em cada uma das nações, dificultava a concretização de qualquer possibilidade mais arrojada de comércio.

Na prática, apesar do otimismo apresentado no relatório e da identificação factível de pontos em que o comércio bilateral poderia ser estabelecido, apresentando resultados positivos, a intensificação nas relações só ocorreu após a Segunda Guerra Mundial.

### **III. Efeitos da Segunda Guerra Mundial:**

Até o ano de 1939, eram os acordos comerciais estabelecidos com a Grã-Bretanha que regravam as relações comerciais entre as duas nações do Sul. Da parte africana, a maior parte do intercâmbio comercial partia de empreendedores privados, enquanto que do Brasil partiam mais iniciativas governamentais.

A Segunda Grande Guerra havia, de fato, impulsionado o comércio entre as duas nações, que defendiam o mesmo lado. No ano de 1941, a África do Sul estabeleceu o seu primeiro consulado no Brasil, período em que se constata o incremento do comércio bilateral entre os países. A União procurava, no Brasil, um mercado considerável para vários dos produtos de sua pauta exportadora, sendo que a proximidade entre os países nos anos 1930, era uma vantagem para o estabelecimento dessas relações (PENNA FILHO, 2008).

Na década de 1940, o Brasil aumentou as importações provenientes da União Sul Africana em, aproximadamente 200% (conforme tabela 4). Verifica-se que, de fato, as perspectivas positivas, observando as vantagens produtivas e mercadológicas de cada nação, foram concretizadas. Entretanto, as importações brasileiras concentraram-se nos produtos: lã e carvão, os quais, conforme se observa na Tabela 1, compunham praticamente a totalidade dos produtos importados, ou seja, uma cesta muito menos variada do que a prevista pelo diplomata:

**Tabela 1:** Principais mercadorias importadas da União Africana, pelo Brasil, de 1939 a 1946, em US\$ 10<sup>3</sup>.

Produtos	Anos							
	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
<b>Total das Importações</b>	83,8	373,0	281,4	1.593,4	4.381,7	2.854,0	4.307,4	4.060,3
<b>Briquetes, Carvão</b>	-	78,7	-	486,7	3.062,7	1.709,5	2.266,1	931,4
<b>Lã em bruto</b>	80,6	281,0	255,7	1.056,2	1.106,7	687,8	1.547,1	1.377,8
<b>Pedras Preciosas</b>	-	-	-	-	-	417,3	474,7	1.208,8

**Fonte:** Elaboração da autora, a partir de dados de PENNA FILHO, Pio. 2008, p.151, e tabela de conversão do IBGE (anexo 2).

A pauta exportadora, entretanto, manteve-se fidedigna às pesquisas do diplomata, pois, conforme se verificam na Tabela 2, os produtos que predominaram, em relação ao total, foram café em grão, arroz, madeira (se incluindo caixas de madeira) e tecidos de algodão.

**Tabela 2:** Principais mercadorias exportadas à União Sul-Africana, do Brasil, de 1939 a 1946, em US\$ 10<sup>3</sup>.

Produtos	Anos							
	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946
<b>Total das Exp.</b>	1.193,2	1.828,4	4.030,5	14.900,3	42.793,1	14.422,3 5	19.670,0	18.430,0
<b>Arroz</b>	-	25,2	19,2	1.182,6	1.942,0	2.588,55	1.063,4	1.096,2
<b>Cacau em Amêndoas</b>	6,4	-	-	-	-	-	-	-
<b>Café em grão</b>	855,8	664,9	1.215,7	779,5	569,3	814,88	19,6	1.036,6
<b>Caixas de madeira</b>	-	386,1	583,1	501,1	42,9	-	-	-
<b>Madeiras</b>	132,0	-	-	-	-	-	-	4.410,5
<b>Tecidos de Algodão</b>	-	31,6	828,5	7.424,7	30.363,5	7.176,0	10.724,61	5.382,1

**Fonte:** Elaboração da autora, a partir de dados de PENNA FILHO, Pio. 2008, p.152, e tabela de conversão de ABREU (anexo 2).

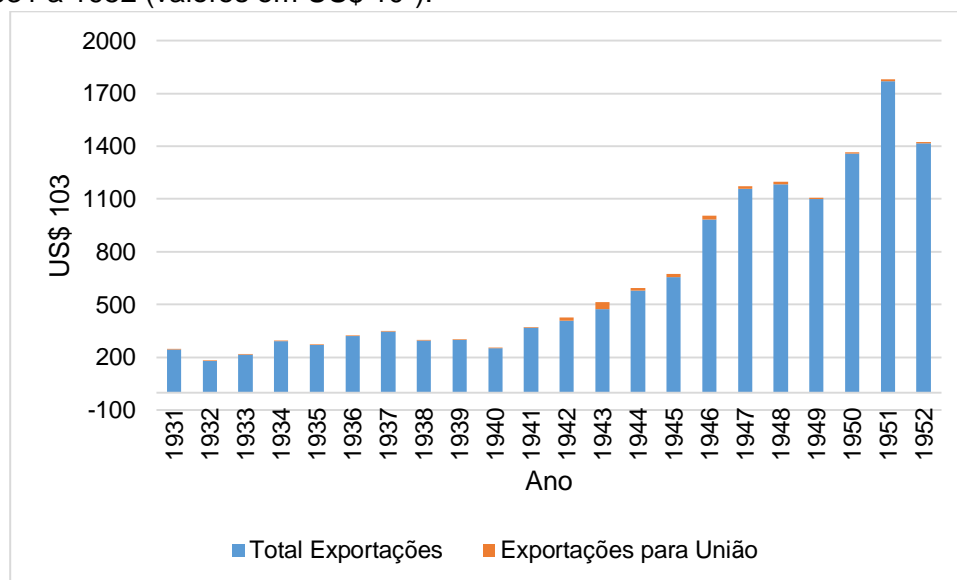
No ano de 1943, o comércio bilateral atingiu o seu pico, com uma tendência superavitária bastante forte para o Brasil, fator que despertou o interesse Sul-Africano para a expansão das relações oficiais com o país. É importante ressaltar que, da parte africana, viria, principalmente, o interesse no estabelecimento de relações políticas, tendo em vista que consideravam o Brasil como um interessante aliado no continente Sul Americano, porquanto possuíam interesses similares.

Nesse cenário, a expansão do comércio com o Brasil foi estrategicamente utilizada para o estreitamento das relações internacionais, até porque, mesmo com o crescimento das trocas comerciais, o Brasil nunca foi um dos grandes parceiros da União.

É preciso considerar o fato de a Guerra haver desestruturado as redes comerciais existentes, porquanto houve uma concentração nas relações entre o Norte, o que incentivou o incremento comercial entre as outras nações, nas quais se enquadram o Brasil e a União. Apesar da queda das trocas comerciais relativamente ao ano de 1943, verifica-se, conforme as tabelas 1 e 2, o total do comércio entre os países manteve-se muito acima dos níveis anteriores à participação do Brasil na II Guerra Mundial (em 1943).

O interesse brasileiro da manutenção do comércio com a União também afetou o posicionamento do país em foros internacionais. Enquanto se discutia maneiras de desencorajar a política social sul-africana e suas intervenções em outras nações do continente, com propostas de sanções e boicotes comerciais, o Brasil preferia abster-se dessas questões PENNA FILHO (2008).

**Gráfico 1: Exportações do Brasil para a União Sul Africana:** áreas selecionadas, de 1931 a 1952 (valores em US\$ 10<sup>3</sup>):



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir de dados do IBGE, Ministério da Fazenda, e tabela de conversão de ABREU (anexo 2).

De acordo com LEAES E MATTOS (2015), a situação política sul-africana, na década de 1950, contribuiu para o relativo afastamento das

relações entre os dois países, porquanto o país africano concentrava seus esforços no estabelecimento do novo regime e da política do *apartheid*, o que não se adequava à realidade multirracial, bastante celebrada pelo governo brasileiro, além do fato de que a política explícita de combate ao comunismo, praticada no país africano, destoou do praticado por governos brasileiros, na década.

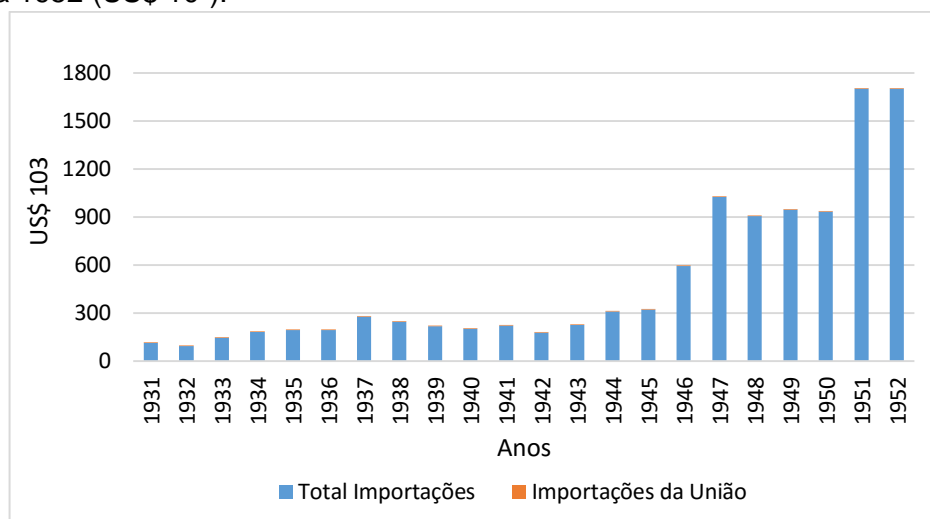
Ademais, no mesmo período intensificaram as independências das nações africanas, tendo o Brasil se posicionado favoravelmente a Portugal, o qual ainda detinha colônias na África, ou seja, não oferecendo apoio explícito a todo o continente. Esse posicionamento brasileiro ocorria, principalmente, pela busca de investimentos de seus parceiros europeus, o que leva o país a distanciar-se do continente africano.

Como se verifica nos gráficos 1 e 2 e na tabela 3, nesse período, o percentual de participação do comércio com a África do Sul na balança comercial brasileira apresentou forte queda, sendo as exportações expressivamente menores que os valores anteriores à II Guerra Mundial (0.6%, em 1931, e 0,4%, em 1951), apesar do crescimento do comércio em valores absolutos.

Também se verifica que as importações retornaram a ter participação percentual inexpressiva no comércio exterior brasileiro (0% nas décadas de 1930 e de 1950), ou seja, apesar do crescimento comercial em termos monetários, comparativamente aos anos anteriores, todos os esforços para a intensificação das trocas entre os países não foram suficientes para acompanhar o desenvolvimento e a expansão comercial brasileira.

Isso indica que as barreiras políticas impostas pela África do Sul, não obstante todos os esforços do Brasil para contorná-las, além da situação internacional do Pós Segunda Guerra, que veio, em um momento inicial, a beneficiar as trocas entre os dois países, foram suficientes para o retrocesso nas relações bilaterais, nos anos de 1950.

**Gráfico 2: Importações da União Sul Africana pelo Brasil: áreas selecionadas, de 1931 a 1952 (US\$ 10<sup>3</sup>).**



**Fonte:** Elaboração da autora, a partir de dados do IBGE, Ministério da Fazenda e tabela de conversão de ABREU (1990; anexo 2).

#### IV. Relações Bilaterais durante a Guerra Fria:

Contrariamente aos resultados negativos da década anterior, os anos de 1960 foram de retomada de relações e intensificação do comércio bilateral. Politicamente, a África do Sul, que já começava a ter uma identidade própria<sup>15</sup>, apesar de discriminatória – buscava abrir-se para o exterior.

A pauta brasileira já se apresentava mais diversificada, com a inclusão de alguns produtos industrializados, como tecidos, que refletiam os esforços da política interna brasileira, em industrializar o país. Anteriormente, como já fora analisado, o fato de o Brasil e a África do Sul serem produtores de bens primários e de commodities era um obstáculo, já que em muitas áreas as nações eram concorrentes no mercado internacional, o que dificultava a identificação de vantagens no estabelecimento de trocas comerciais. Apesar disso, a África do Sul passou a ser vista como um importante acesso dos produtos brasileiros aos demais países africanos PENNA FILHO (2008).

Apesar do contexto internacional ser, em sua maioria, contrário à política do país africano, as questões políticas pouco afetam as relações que mantinha com o Brasil. Houve certa convergência, a partir do governo militar, em 1964,

<sup>15</sup> A África do Sul tornou-se república em 1961.

uma vez que ambos possuíam em comum o objetivo de “combate ao comunismo”, embora o governo brasileiro expressasse ser contrário ao *apartheid*. Para a África do Sul, a aproximação com o Brasil e demais nações sul-americanas era um meio de o país se inserir internacionalmente e o comércio internacional era um excelente instrumento para esse fim, tendo em vista as críticas internacionais quanto ao posicionamento social do governo africano. É no primeiro ano do novo regime que o comércio total, entre as duas nações, ultrapassa os 10 milhões de US\$, mantendo-se superior a essa cifra, desde então.

Conforme a tabela 3, verifica-se que, a partir da década de 1960, as exportações brasileiras para a África do Sul passam a representar mais de meio ponto percentual das exportações totais brasileiras, enquanto as importações representaram, em média, 0,07% do total. Embora baixo, esse valor representa a manutenção constante das relações, e uma tendência de crescimento do interesse brasileiro na África do Sul. Na década anterior, essa média era de 0.02%.

**Tabela 3:** Intercâmbio comercial brasileiro com a África do Sul, US\$ 10<sup>3</sup>, FOB.

ANO	EXP	IMP	Saldo	Participação % sobre total Brasil		Variação % anual	
				EXP	IMP	EXP	IMP
1953	5.907,8	37,6	5.870,2	0,38	0,00	0,00	0,00
1954	5.890,9	7,0	5.883,9	0,38	0,00	-0,29	-81,38
1955	5.161,7	27,6	5.134,1	0,36	0,00	-12,38	294,29
1956	4.422,7	53,9	4.368,8	0,30	0,01	-14,32	95,29
1957	5.532,8	606,1	4.926,7	0,40	0,05	25,10	10,24
1958	5.456,4	836,1	4.620,3	0,44	0,07	-1,38	37,95
1959	4.555,0	434,5	4.120,5	0,36	0,04	-16,52	-48,03
1960	6.688,1	441,2	6.246,9	0,53	0,03	46,83	1,54
1961	6.516,3	547,4	5.968,9	0,46	0,04	-2,57	24,07
1962	6.199,7	558,2	5.641,5	0,51	0,04	-4,86	1,97
1963	7.807,2	738,2	7.069,0	0,56	0,06	25,93	32,25
1964	9.040,4	539,4	8.501,0	0,63	0,05	15,80	-26,93
1965	9.376,0	946,3	8.429,7	0,59	0,10	3,71	75,44
1966	11.419,1	680,1	10.739,0	0,66	0,05	21,79	-28,13
1967	11.291,8	780,9	10.510,9	0,68	0,05	-1,11	14,82
1968	9.794,6	968,6	8.826,0	0,52	0,05	-13,26	24,04
1969	16.196,7	5.028,7	11.168,0	0,70	0,25	65,36	419,17

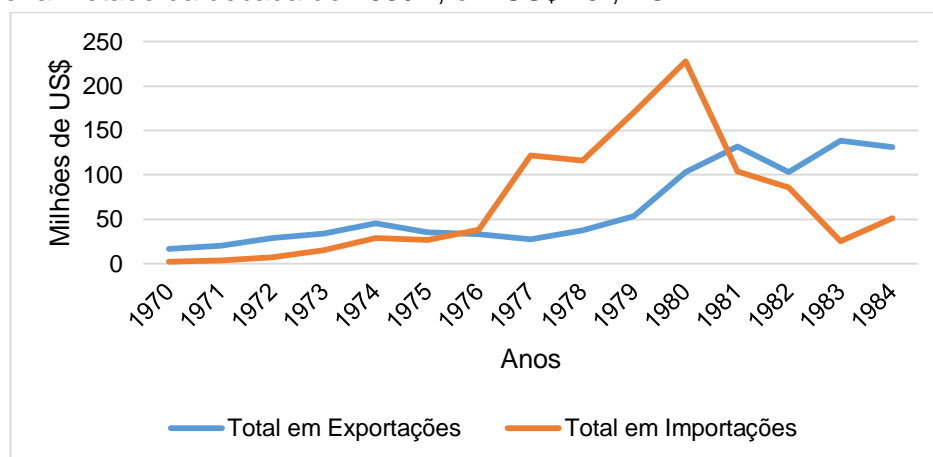
Fonte: MDIC, SECEX, DPLA, *online*.



Em meados da década de 1970, até a redemocratização brasileira, considera-se o período de forte baixa no comércio entre os dois países, desde os anos de 1940. LESSA e PENNA FILHO (2007) afirmam que, com a independência das colônias de Portugal, o Brasil não estava mais em uma situação ambígua. Dessa maneira, houve a possibilidade de expansão das parcerias comerciais africanas, sobretudo quando se considera o apoio explícito do país à independência de Angola, além da orientação independente da política externa.

O Brasil via, na África, uma variedade de nações com as quais seria interessante estabelecer trocas para a importação de petróleo, pelo Brasil, e a exportação de produtos industrializados, tendo esse intercâmbio resultados positivos para todas as partes. Nesse período, houve grande expansão de representações brasileiras no continente africano.

**Gráfico 3:** Intercâmbio comercial brasileiro com a África do Sul, nas década de 1970 e primeira metade da década de 1980<sup>16</sup>, em US\$ 10<sup>3</sup>, FOB.



**Fonte:** PENNA FILHO, p. 342, 2008.

A política sul-africana do *apartheid* era outro empecilho na manutenção das relações bilaterais, uma vez que o Brasil já era demasiadamente pressionado por nações estrangeiras e pelos organismos internacionais devido à manutenção dos vínculos comerciais que mantinha com o país. Além disso, a política racista do governo africano era totalmente contrária ao que defendia e divulgava o governo brasileiro sobre sua nação, o mito da democracia racial.

<sup>16</sup> Período pré-redemocratização.

A partir de meados da década de 1970, quando o Brasil praticava a substituição de importações, desenvolvendo as indústrias nacionais, houve o quase congelamento das relações bilaterais com o governo brasileiro. Conforme se verifica no gráfico 3, entre 1970 e 1976, o total comercial é inferior a 100 milhões de dólares, e, nos quatro anos seguintes apesar do aumento significativo das importações brasileiras, não ultrapassa os 200 milhões. As poucas relações que eram mantidas ocorriam diretamente com governos estaduais ou empresários do país, muitas vezes contrariando a política de confrontação assumida pelo Itamaraty<sup>17</sup>.

Foram estabelecidos quatro acordos entre as duas nações, nessa década, os primeiros após o único acordo celebrado entre os dois países, no ano de 1939. Dois deles, apenas, tinham impacto econômico, sendo para regulamentar o setor de transporte aéreo e marítimo entre as duas nações<sup>18</sup>.

Apesar da posição brasileira, o governo sul-africano tentava intensificar as relações com o país, o qual tinha, na África do Sul, o destino de 90% de suas exportações para o continente, até os anos 70. Porém, o Brasil não compactuou desse interesse. Com a descolonização, novos parceiros comerciais eram buscados na África, sendo a Angola um dos mais expressivos, país o qual sofreu represálias sul-africanas na época de sua luta pela independência, a qual foi defendida pelo Brasil (CERVO, 2015).

Conforme se verifica na Tabela 6, somente após a década de 1980, sobretudo com a redemocratização, no Brasil, as relações entre as duas nações apresentaram crescimento expressivo, principalmente quando considerada a variação anual. Durante os anos de 1970, a participação sul-africana nas exportações brasileira diminuiu e quase se estabilizou, sendo que em vários anos (1976 a 1980) o saldo comercial apresentou-se negativo para o Brasil.

---

<sup>17</sup> PENNA FILHO, 2008, p. 272.

<sup>18</sup> Consultar anexo 3.

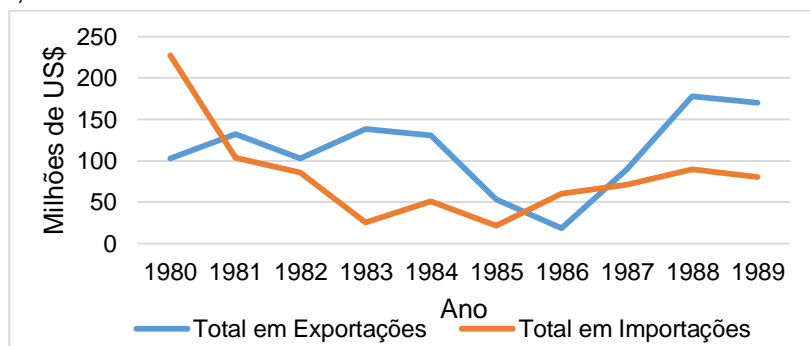
## V. A Redemocratização Brasileira:

Após a redemocratização do país, em 1985, sucede-se uma fase de estagnação das relações bilaterais entre essas nações, na qual o Brasil passa a seguir o direcionamento das Nações Unidas<sup>19</sup>. O motivo desse arrefecimento era a intensificação da política do *apartheid* no país africano.

Um exemplo dessa política adotada pelo Brasil, o decreto nº91.524, de 1985, foi publicado com objetivo único de estabelecer restrições ao relacionamento brasileiro com a África do Sul, tendo estabelecido as seguintes medidas: proibição de atividades que caracterizem intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com a África do Sul; proibição da exportação de petróleo e combustíveis derivados para a África do Sul e território na Namíbia (ilegalmente ocupado); proibição do fornecimento de armas e materiais correlatos à África do Sul, bem como equipamento, material, licença e patentes para a fabricação e a manutenção desses produtos, e também a proibição do trânsito e do transbordo, de qualquer maneira, desses equipamentos e materiais, se destinados à África do Sul ou o território na Namíbia.

Como consequência, LEÃES e MATTOS (2015) apontam que não houve celebração de tratados bilaterais, na década de 1980 até meados da década de 1990<sup>20</sup>, além da queda no comércio bilateral, nos anos imediatamente posteriores ao decreto (1985, 1986 e 1987, conforme se verifica nos dados apresentados no gráfico 4).

**Gráfico 4:** Intercâmbio comercial brasileiro com a África do Sul, na década de 1980, em US\$ 10<sup>3</sup>, FOB.



Fonte: PENNA FILHO, p. 342, 2008.

<sup>19</sup> Essa situação é explicitada no preâmbulo Decreto 91.524 de 1985.

<sup>20</sup> Conforme se verifica no Sistema de Atos Internacionais do MRE (tabela apresentada no anexo 3).

Apesar da recuperação da balança comercial, a partir de 1988, o crescimento anual do comércio bilateral era baixo, situação que só se inverteu na década de 1990, com o fim do apartheid, quando os esforços brasileiros aumentaram para estreitar as relações com a África do Sul. De acordo com o MRE (*online*)<sup>21</sup>, em 1992 houve Levantamento parcial das sanções brasileiras impostas pelo Decreto nº 91.524/85, e, no ano de 1994, o levantamento total dessas sanções. Em termos políticos, foram realizadas ações importantes, como a reabertura do consulado brasileiro na Cidade do Cabo, e a designação de um Embaixador para a representação brasileira em Pretória.

Uma série de Acordos Bilaterais foi realizada, nos anos de 1990, para o estreitamento dos laços, vários desses acordos com objetivos de intensificar as relações comerciais entre ambos<sup>22</sup>. O documento mais importante, que representa o marco do reestabelecimento das relações entre ambos, é a Declaração Presidencial de 1996 (Acordo de Pretória), que deixa explícita essa intenção de aumentar os esforços de cooperação e de integração entre si, colocando as relações entre ambas as nações entre as suas prioridades, buscando explorar todas as áreas em que possa haver oportunidades de relacionamentos comerciais e econômicas, considerando os processos de modernização na economia de ambos<sup>23</sup>.

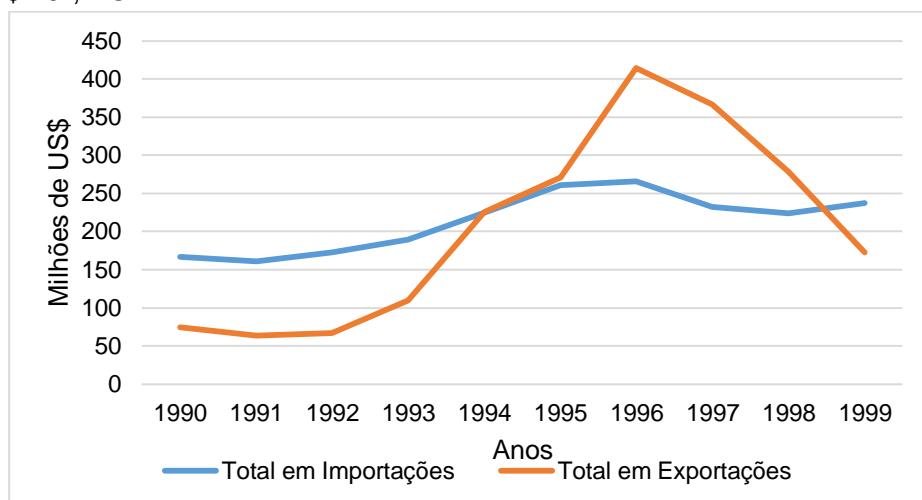
---

<sup>21</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Relações Bilaterais: **República da África do Sul**.

<sup>22</sup> Pode-se citar os seguintes instrumentos bilaterais, celebrados nos anos 1990, que tiveram algum impacto na área econômica: Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre serviços aéreos entre os seus respectivos territórios e além; Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura; Memorando de Entendimento Relativo a Consulta sobre Assuntos de Interesse Comum Declaração de Intenções sobre Cooperação na Área de Política Fundiária.

<sup>23</sup> Como, por exemplo, a abertura comercial, que na África do Sul ocorreu na década de 1990 (THORSTENSEN *et al*, 2012).

**Gráfico 5:** Intercâmbio comercial brasileiro com a África do Sul, na década de 1990, em US\$ 10<sup>3</sup>, FOB.



**Fonte:** PENNA FILHO, p. 342, 2008.

A complexa situação enfrentada por diversos países africanos, na década de 1990, com revoltas eclodindo em várias nações, fez com que as atenções do Brasil, no Continente Africano, se voltassem para a África do Sul. Além disso, a necessidade da diversificação de parcerias fez com que a África do Sul buscasse relacionar-se com nações fora de seu continente. Essa reciprocidade de interesse, somada aos interesses convergentes em foros internacionais, como a posição contrária à política de subsídios europeia, a reforma da Organização Mundial do Comércio, o controle de fluxos financeiros internacionais, foi outro fator que intensificou o comércio bilateral (FONSECA JR., 2013).

Verifica-se, no Gráfico 5, que, no ano de restabelecimento das relações (1996), o comércio binacional teve a maior movimentação, em dólares, desde o início das relações entre as duas nações, e representou uma alta de cerca de 400% nas exportações brasileiras, e quase 1000% nas importações oriundas da África do Sul, desde a redemocratização do Brasil, em 1985 (vide gráfico). Apenas no final dos anos 1990 e início da década de 2000, quando o Brasil enfrentou uma crise cambial, houve diminuição das trocas entre os países, porém, foi mantido o volume de comércio, em dólares, superior que a média das décadas anteriores.

Apesar da queda nas relações comerciais, no início dos anos 2000, de acordo com LEÃES e MATTOS (2015), na década de 2000, a manutenção

desse interesse se confirmou com o interesse em manter relações bilaterais se estreitaram com a cooperação técnica, em áreas que os países tinham maior especialização. Do lado da África do Sul, a tecnologia em mineração despertou o interesse do governo brasileiro, que enviou pessoal para realizar treinamentos no país. Pelo lado Africano, as políticas brasileiras de combate à AIDS, na agricultura e em recursos humanos resultaram em alterações qualitativas na pauta exportadora, que passou a não se basear, quase em sua totalidade, em produtos primários.

### **3. ANÁLISE DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA DO SUL PRÉ-BRICS: DE 2005 A 2010:**

#### **I. Motivações para o comércio bilateral no Novo Milênio:**

Como salientou o Ministro das Relações Exteriores Brasileiro<sup>24</sup>, à época, o Embaixador Celso Lafer, o Brasil e a África do Sul são nações com características muito similares, tanto nos quesitos geopolíticos quanto econômicos. Esses fatores, que facilitam o estabelecimento de relações entre as nações, podem também dificultar em termos de trocas comerciais. Conforme as diversas teorias de Comércio Exterior, já relatadas, não há interesse econômico de comércio, entre países, quando não existem vantagens nas trocas entre eles. Disso decorre a necessidade de compreender as diretrizes políticas de cada governo.

Conforme FERRAZ (2015), fluxo de comércio entre as duas nações é baixo: de 2000 a 2010, as importações da África do Sul não representaram mais do que 1% do total importado, pelo Brasil, e as exportações brasileiras para esse país não atingiram mais do que 2% do total nações, e ambos não figuram entre seus parceiros comerciais de maior expressão, não podendo ser classificados, conforme como parceiros comerciais naturais. Apesar disso a África do Sul passou a ter importância e destaque para a economia do Brasil, porquanto representava um importante aliado político no continente africano<sup>25</sup>.

As características similares tornam interessante ao empresariado brasileiro a conquista de novos mercados internacionais, sobretudo para a produção agrícola, além do desenvolvimento e trabalho em conjunto para a criação de novas tecnologias. De acordo com VEIGA (2013, p.3):

As trajetórias industriais de Brasil e África do Sul têm especificidades nacionais marcantes, mas estas não impedem que se percebam similaridades nas situações atualmente vividas pelos dois países no que se refere ao desempenho de suas indústrias e aos fatores que o condicionam. Não por acaso, o debate em ambos os países envolvem questões como a desindustrialização, a “primarização” da produção e das exportações, relevância da emergência da China

---

<sup>24</sup> Resenha de Política Exterior do Brasil, número 91, 2º semestre de 2002, pp.83-84.

<sup>25</sup> Conforme REIS (2013, P.52): No plano das relações bilaterais, os três países – e também a África do Sul – figuram entre os mais importantes parceiros estratégicos do Brasil.

como fator condicionante da situação vivida pelas indústrias domésticas e de suas dificuldades, etc.

Ademais, a convergência de opiniões em foros multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (SOUTH AFRICA YEARBOOK, 2006-07) ocasionou maior aproximação e interesse no desenvolvimento de ações comuns. Por ser uma nação emergente, com índices populacionais estarem em crescimento, a África do Sul passa a figurar como um país importante para o estabelecimento de mercados no continente, além de seu desenvolvimento oportunizar parcerias estratégicas que propiciem inovação, investimentos e ganhos tecnológicos para ambos (MRE, *online*<sup>26</sup>).

## II. Comércio internacional entre Brasil e África do Sul: de 2005 a 2010:

Segundo o Anuário da África do Sul (SOUTH AFRICA YEARBOOK, 2007-08), a intensificação do comércio entre o Mercosul e a África do Sul teve um crescimento substancial entre os anos 1990 e 2000 (crescendo mais de 5 vezes, entre 1994 e 2005), sendo que, entre 2002 a 2005, o Brasil representou cerca de 62,5% do comércio total entre ambos.

A primeira década dos anos 2000 foi, até o estabelecimento dos BRICS, o melhor momento de trocas comerciais, tanto em dólares quanto em participação do percentual total, entre as nações: de 1985 (ano da redemocratização, no Brasil) a 1989, a participação média do comércio entre as duas nações na balança comercial brasileira foi de 0,76%, o que representa uma média de US\$ 166.215.221,00; na década de 1990, a média da participação subiu para 1,06%, ou US\$ 445.091.379,00. Nos anos 2000 (até 2010), esses valores tiveram uma alta: a participação do comércio bilateral correspondeu, em média, a 1,32% do total da balança comercial brasileira, o equivalente a uma média de US\$1.425.368.213<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Relações Bilaterais: **República da África do Sul**. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4811&Itemid=478&cod\\_pais=ZAF&tipo=ficha\\_pais&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4811&Itemid=478&cod_pais=ZAF&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR).

<sup>27</sup> Os valores foram calculados utilizando-se a série histórica do comércio entre Brasil e África do Sul, fornecida pelo site do MDIC, em: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Balança países**, sendo utilizados os anos de 2005 e 2016 para a pesquisa.



No ano de 2003, o governo brasileiro, pela primeira vez, declarou que a política de cooperação sul-sul, especialmente com o continente Africano, seria prioridade em sua agenda internacional geral, o que também fazia parte de uma nova orientação da política internacional do país<sup>28</sup>.

Em setembro do mesmo ano, o inicia a vigência do Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a África do Sul<sup>29</sup>, concluído no ano de 2000, o qual previa a realização de projetos e ações nas áreas de agricultura, energia, indústria, mineração, saúde, transporte e comunicações, navegação, entre outras. Essa iniciativa teve grandes reflexos no comércio bilateral: apenas em 2004 foi que o comércio entre os dois países superou o valor de um bilhão de dólares<sup>30</sup>.

Conforme se verifica na tabela 4, no período de 2004 a 2008, o crescimento das importações brasileiras teve aumento de 250%, para produtos básicos, 200% para semimanufaturados e 163% para manufaturados. Os índices refletem a eficiência dos esforços em intensificar as relações bilaterais, com o final do *apartheid*, durante os anos 1990, os quais foram aprofundados nos anos 2000.

---

<sup>28</sup> O ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva reafirma esse compromisso em seu discurso, na 33ª Edição do Fórum Econômico Mundial, em Davos: “Teremos, na condição de país que possui a segunda maior população negra do mundo, um olhar especial para o continente africano, com o qual temos laços étnicos e culturais profundos”. A mesma intenção foi repetida no discurso de abertura da 58ª AGNU, em setembro, e no Discurso da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no mesmo ano. Em ambos, Lula refere sua intenção de unir-se à África do Sul e a outras economias dos BRICS para pleitear o interesse de nações em desenvolvimento junto a foros internacionais, e da importância desses países buscarem maior protagonismo internacional.

<sup>29</sup> SISTEMA CONSULA INTEGRADO. **Sistema de Atos Internacionais. Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da África do Sul sobre Cooperação Técnica.** Disponível em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2000/b\\_10](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2000/b_10).

<sup>30</sup> Conforme: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Relações Bilaterais: **República da África do Sul.**

**Tabela 4:** Produtos importados pelo Brasil, oriundos da África do Sul, por setor agregado, de 2000 a 2013, (em milhões de US\$, FOB).

Ano	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
2004	49.932.548	72.697.185	145.468.148
2005	56.874.163	100.853.037	183.820.275
2006	67.618.024	125.958.976	241.283.919
2007	88,652,424	147,725,327	285,922,970
2008	174.515.823	216.772.070	382.863.800
2009	60.932.873	85.267.424	287.013.173
2010	126.575.840	490.030.379	136.723.821

Fonte: Elaboração da própria autora com base em tabelas do MDIC.

Segundo FERRAZ (2013), de 2005 até 2010, as trocas comerciais entre os dois países tem sido superavitárias, com tendência de crescimento até o ano de 2009, quando foram sentidos os efeitos da crise internacional na economia africana.

Conforme se observa nos gráficos 6 e 7, esse resultado pode ser constatado com uma queda significativa, tanto nas importações do Brasil oriundas da África do Sul diminuíram em 44%, quanto nas exportações brasileiras, as quais foram inferiores aos valores apresentados no início da série, tendo diminuído em 28%.

Esse desempenho negativo e atípico, para a primeira década dos anos 2000, deve-se aos efeitos da crise internacional, iniciada em 2008, que refletiram no comércio entre as duas nações, quando o Rand africano sofreu forte depreciação ao dólar, além da queda de investimentos internacionais no país<sup>31</sup>.

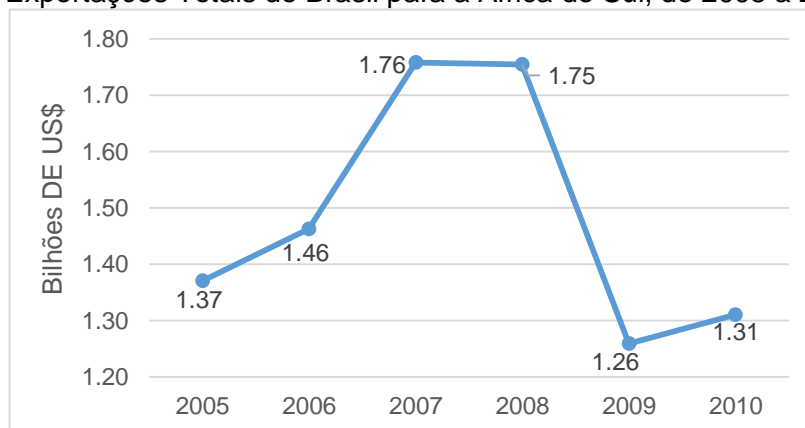
Passados os efeitos da crise, as trocas comerciais entre as duas nações apresentam sinais de recuperação, tendo as exportações brasileiras, em 2010 apresentado crescimento de 4%, com relação a 2009, e as importações, pelo Brasil, retomado o ritmo de crescimento, tendo aumentado em 74%, apresentando o segundo maior valor da série. Como se verifica na tabela 7, em

<sup>31</sup> Conforme VIEGI (2008): “A sudden stop of international capital flows has produced a collapse of share prices and exchange rate. The JSE stock exchange has devalued almost 20 per cent in the past three months and in the same period the Rand had depreciated 37 per cent against the US dollar. The contemporaneous collapse of commodity prices has hit particularly hard mining and commodity industry, with Anglo American losing 35 per cent of its Rand value. The effects of the crisis are rapidly spreading to the real economy, with a dramatic contraction of the mining sector particularly affected by the slowing down of OECD economies.”

2010 houve grande destaque da participação de produtos industrializados nas importações pelo Brasil, sobretudo de semimanufaturados, acompanhada pelo aumento da importação de produtos básicos, em valor inferior apenas, ao registrado em 2008, ano anterior aos efeitos da crise, na África do Sul. Percebe-se, portanto, que a crise de 2009 não impediu a manutenção das relações entre as duas nações, nem os esforços para intensificá-las, tanto que, no ano de 2009, foram celebrados quatro acordos entre os dois países, e outros dois em 2010<sup>32</sup>.

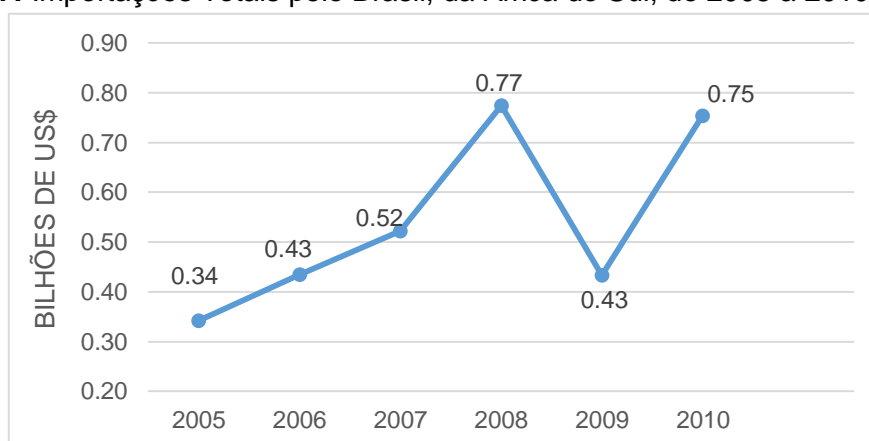
Apesar do desempenho não ser o melhor já registrado, para o período, os autores apontam que as relações comerciais entre os dois países tiveram um impacto marginal na balança comercial brasileira, no ano de 2010.

**Gráfico 6:** Exportações Totais do Brasil para a África do Sul, de 2005 a 2010 – FOB.



**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora a partir de série histórica do site do MDIC.

**Gráfico 7:** Importações Totais pelo Brasil, da África do Sul, de 2005 a 2010 –FOB.



**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora a partir de série histórica do site do MDIC.

<sup>32</sup> Conforme anexo 3. Esse volume de acordos celebrados foi inferior, apenas, ao registrado no ano de 1996, quando foram restabelecidas as relações entre os dois Estados.

De acordo com FERRAZ (2013), o padrão de comércio entre as duas nações é extremamente concentrado, com 70% das exportações brasileiras sendo de manufaturados, como veículos motorizados.

Conforme se verifica na tabela<sup>33</sup> 5, no período de 2005 a 2010, quatro setores obtiveram destaque por representar mais de 50% das exportações brasileiras para o país africano: animais vivos e produtos do reino animal, produtos das indústrias alimentares (bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, tabaco e seus sucedâneos manufaturados), aparelhos de gravação ou reprodução de som (aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios) e material de transporte.

**Tabela 5:** Exportações para a África do Sul, de 2005 a 2010, por Seção segundo a NCM (% do total em US\$):

SEÇÃO/ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	MÉDIA
<b>XVII – Material de transporte</b>	32.0	36.8	32.3	31.6	29.0	30.3	32.0
<b>XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes (televisão, etc.)</b>	15.5	15.2	16.0	19.0	16.1	15.4	16.1
<b>IV – Indústrias alimentares</b>	11.5	11.5	14.9	10.4	17.0	9.5	12.5
<b>I – Animais vivos e produtos do reino animal</b>	11.8	9.5	10.4	8.4	11.4	14.4	11
<b>Resíduo:</b>	29.5	27.0	27.3	30.6	26.5	30.4	28.6

Fonte: Elaboração da autora a partir da *database* Aliceweb e dados do MDIC.

Com relação às importações brasileiras, o mesmo efeito pode ser observado. Apesar de haver maior dinamismo nestas, a concentração ocorre em quatro categorias: produtos minerais, produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas, pedras preciosas, metais comuns e aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

Os resultados demonstram os efeitos positivos do acordo celebrado no ano de 2003, uma vez que houve intensificação comercial entre as nações em áreas que nele foram definidas como prioritárias.

<sup>33</sup> Foram selecionados setores cuja participação média se manteve superior a 10%.

**Tabela 6:** Importações oriundas da África do Sul, de 2005 a 2010, por Seção segundo a NCM (% do total em US\$):

SEÇÃO/ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	MÉDIA:
<b>XV-Metais comuns</b>	34.0	34.0	30.1	30.2	22.6	28.8	30.0
<b>VI- Indústrias químicas ou conexas</b>	17.6	18.7	18.8	14.1	22.3	18.0	18.3
<b>V-Indústrias alimentares</b>	16.0	15.2	17.4	23.5	14.7	17.6	17.5
<b>XVI-Máquinas e aparelhos, materiais elétricos e suas partes (televisão,etc).</b>	11.3	8.5	10.1	11.7	19.3	13.8	12.5
<b>XIV-Pedra preciosas, pérolas, metais preciosos</b>	10.0	13.7	12.0	11.1	10.2	10.7	9.6
<b>Resíduo:</b>	11.1	10.0	11.6	9.4	11.0	11.1	10.7

Fonte: Elaboração da autora a partir da *database* Aliceweb e dados do MDIC.

As mudanças representam os interesses bilaterais do Brasil em aumentar a parceria com a África. Como exemplo de investimento bilateral, em 2010, a empresa Marcopolo<sup>34</sup> possuía uma fábrica na África do Sul, e a Vale, a Odebrecht possuíam escritórios no país<sup>35</sup>.

Constata-se o fato de o Brasil possuir uma pauta exportadora mais diversificada, pois as quatro principais sessões selecionadas não representaram mais que 70% das exportações, no total, enquanto para a África, as cinco sessões selecionadas representaram, aproximadamente, 90% do total exportado para o Brasil, no período.

Também se verifica que, pelo lado brasileiro, o comércio se concentrou em produtos manufaturados ou semimanufaturados, enquanto que, pelo lado africano, a principal categoria exportada era de produtos básicos.

Esses fatos apontam para a necessidade de modificações no comércio bilateral, tendo em vista o aumento de esforços para a cooperação entre os países, no período em análise<sup>36</sup>. Nesse sentido, diversas barreiras bilaterais à intensificação do comércio entre as nações foram identificadas por BAUMANN (2015) como sendo prejudiciais a um melhor desempenho das relações econômicas. A importância de identificá-las, para melhor compreensão da

<sup>34</sup> A empresa se instalou no país no ano 2000 e, em 2010, era líder do mercado de ônibus no país.

<sup>35</sup>

Conforme: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2862:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2862:catid=28&Itemid=23), 2012.

<sup>36</sup> Ver: anexo 4.

dinâmica comercial, segundo o autor, se deve ao fato de que a identificação das vantagens comparativas é insuficiente para melhorar as trocas comerciais.

Verifica-se que, no período de 2005 até 2010, pré-ingresso da África do Sul nos BRICS, houve grandes esforços bilaterais para a intensificação nas relações entre os dois países. O resultado foi o aumento do intercâmbio comercial entre as nações, porém, sem ocasionar significativas diversificações ou crescimentos pontuais nas pautas exportadoras.

## 4. ANÁLISE DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA DO SUL PÓS-BRICS: DE 2010 A 2015:

### I. O Brasil, a África do Sul e a institucionalização dos BRICS:

HADDAD e PEROBELLI (2006), afirmam que o advento da globalização se torna determinante no processo recente de mudança das relações comerciais. Assim, o processo de desenvolvimento de economias periféricas, como a brasileira, ocorre em um ambiente de crescente integração. Nesse contexto, os grupamentos são uma alternativa cada vez mais atraente para nações que possuem objetivos comuns em temas específicos, possibilitando que unam suas forças em fóruns internacionais para defendê-los, além de facilitarem a intensificação das relações bilaterais e multilaterais. (FONSECA JR., 2013):

Verifica-se em pouco tempo que, se o ideal da ordem “multilateral” não se realiza, muito menos realiza-se o de uma ordem unilateral, comandada pelos EUA.

[...]

Essa demanda, que corresponde à incapacidade das potências tradicionais de gerar novos paradigmas de ordem, deságua quase automaticamente na abertura para que países (e grupos) que emergem naquele momento busquem espaço próprio para “auxiliar”, com interesses e ideias, modos de desenhar perspectivas de ordem. Diga-se, desde já, que não existe, do lado dos emergentes, nada de radical, nada de revolucionário. Para lembrar as categorias de Kissinger, eles querem “melhorar” as condições de legitimidade, não criar alternativas às que existem.

Os grupamentos entre países se apresentam cada vez mais interessantes, pois permitem maior liberdade de articulação entre os seus membros, quando comparados às uniões aduaneiras, por exemplo. Além disso, possibilitam que nações geograficamente distantes possam se articular e conversar naqueles temas que possuem interesses em comum<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Esses mecanismos diferem dos blocos de integração regional, formados com base em contiguidade territorial ou relações de vizinhança (MERCOSUL, UNASUL e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CALC/CELAC).

[...]

A conformação dos BRICS é posterior à formação do IBAS, da ASA e da ASPA, mas segue os mesmos princípios. Surge antes para complementar a governança global do que para com ela competir. econômica global. P.56

Especificamente em relação ao Brasil, verifica-se o esforço do país e de outras economias emergentes, como a África do Sul, em criar grupos de confluência de agendas, inclusive na área de comércio exterior, sendo o BRICS provavelmente o grupamento de maior destaque envolvendo essas duas nações (REIS,2013).

Os BRICS não são uma instituição<sup>38</sup>, como um bloco econômico, mas sim um conjunto de ideias, um esforço de coordenação entre nações com interesses comuns, que querem defender suas ideias em foros internacionais (MRE, *on line*). O termo BRICS foi criado por Jim O'Neill, em 2001<sup>39</sup>, em um artigo que destacava o protagonismo econômico das quatro nações (Brasil, Rússia, Índia e China), e sua importância no cenário econômico internacional, em 2050. Em 2006, as quatro nações reuniram-se previamente à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e, em 2009, realizaram a I Cúpula de Chefes de Estado, em Ecatimburgo, na Rússia, tendo em vista identificarem interesses similares em diversas áreas da agenda internacional.

Ao contrário dos outros países do grupo, a África do Sul não se destaca por seu crescimento econômico e sua grandeza territorial e populacional. Seu ingresso no BRICS, em 2011, se deu muito mais por razões políticas, pois o bloco visava aumentar a cooperação Sul-Sul, e o país era um dos maiores representantes do continente africano, em geral (RIBEIRO E MORAES, 2015).

Para entender o interesse das nações em unirem-se em um grupamento bastante singular, as ideias de CERVO (1997) e de HIDALGO e FEISTEL (2013) podem explicar o alinhamento brasileiro aos BRICS, bem como o realizado pela África do Sul, e as semelhanças na condução da política de comércio exterior dos dois países após integrarem-se ao grupo. No caso Brasileiro, percebe-se claramente o posicionamento do governo, porquanto

---

<sup>38</sup> Conforme FLORES JR (em: *“BRICS.Estudos e documentos”*,2015, p.140): “Costumo dizer que, à semelhança de como é descrito na lenda medieval, os BRICS são o Unicórnio, ou seja, um ser (ou animal) tão raro e desconhecido que, ao aparecer, ninguém se dará conta de que se trata do próprio ... Prefiro deixar, por enquanto, dessa forma, a caracterização do grupo”.

<sup>39</sup> “Dreaming with BRICS: the path to 2050”, relatório do grupo Goldman Sachs, publicado em 2003, reforça a ideia do acrônimo. Impende ressaltar que o BRICS atual apenas “herda” o acrônimo criado pelo pesquisador, sendo, porém, uma instituição muito diferente da ideia do artigo.



privilegiava-se as relações sul-sul, e o desenvolvimento de novas áreas de produção do país. O mesmo pode-se verificar na África do Sul, que após a globalização passou a almejar um posicionamento de protagonismo na África Subsaariana, representando as demais nações.

Para CERVO (1997), as estratégias adotadas por diferentes governos, na condução de sua política de comércio exterior, são diretamente vinculadas aos seus objetivos para o desenvolvimento do país. Assim como o paradigma desenvolvimentista tinha o objetivo de maior independência do Brasil, e não explicitar uma condução específica da política exterior do país, o paradigma liberal dos anos 90, em sentido oposto, optou por um alinhamento às “potências do norte”.

HIDALGO e FEISTEL (2013) realizaram um estudo, tendo como base a teoria de Heckscher-Ohlin das vantagens comparativas, a fim de identificar se a abertura da economia brasileira, nos anos de 1990, integrava, de fato, a economia brasileira na globalização, em que as atividades menos competitivas deveriam ser substituídas por outras de maior produtividade. Eles constataram que, com essas mudanças, de fato houve uma expansão significativa do comércio, além de mudança na estrutura do comércio exterior brasileiro e na direção dos fluxos comerciais.

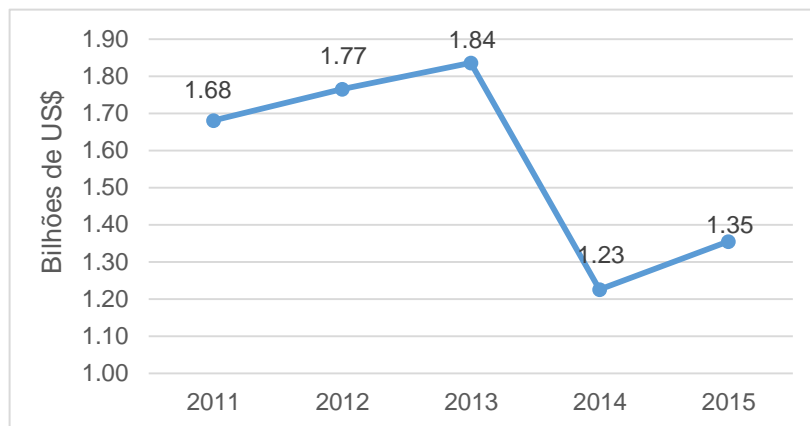
Nas Cúpulas realizadas anualmente, pelos BRICS, e, principalmente, após o ingresso da África do Sul, no bloco, verifica-se um aumento de assuntos tratados no âmbito do BRICS. BAUMANN (2015) aponta que, à medida que os BRICS se aproximam, aumentam as áreas em que possam ocorrer ações conjuntas, que não somente na governança global, porém, é necessário que os países se esforcem para evitar a perda de foco nos fatores que mantêm a coesão entre o grupo.

## **II. Comércio Internacional entre Brasil e África do Sul: de 2011 a 2015:**

Desde a criação dos BRICS, até o período anterior ao ingresso da África do Sul, no grupo, não houve modificações substanciais na pauta de exportação entre o Brasil e a África do Sul.

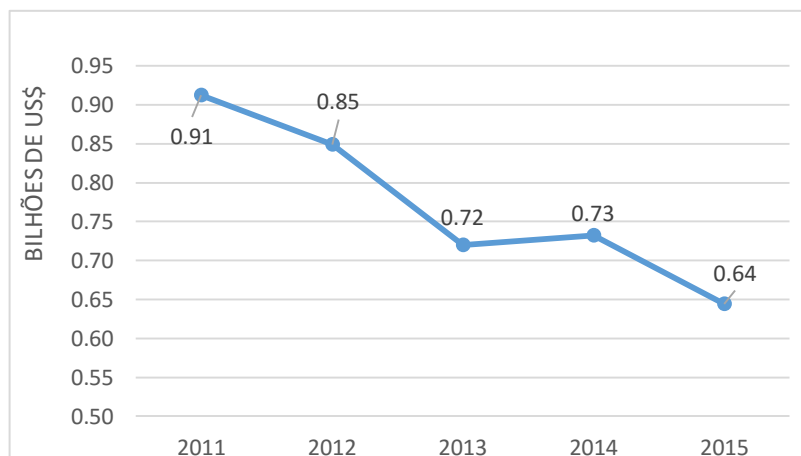
No período de 2011 a 2013, o crescimento do comércio entre as duas nações, em dólares, FOI superior ao do quinquênio anterior<sup>40</sup>, conforme verificado nos gráficos 8 e 9.

**Gráfico 8:** Exportações Totais do Brasil para a África do Sul, de 2011 a 2015 – FOB.



**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados do MDIC.

**Gráfico 9:** Importações Totais pelo Brasil, da África do Sul, 2011 a 2015 – FOB.



**Fonte:** Elaboração da autora a partir de dados do MDIC.

Nesse período, a média da variação percentual entre cada ano foi menor: as exportações variaram cerca de 2,91%, contra 5,78% no período de 2005 a 2010, e as importações variaram, aproximadamente, -2,26%, enquanto nos anos de 2005 a 2010 esse valor foi de 25,49%. Já o valor médio exportado foi de 1, 5 bilhões de dólares, aproximadamente 6% superior ao da série anterior, e o importado foi de 0,7 bilhões de dólares, tendo sido 42% superior

<sup>40</sup> De acordo com o apresentado nos gráficos 6 e 7, da página 43.

em ao de 2005 a 2010<sup>41</sup>. Esses valores demonstram a estabilidade nas relações entre os dois países, oriunda da política externa praticada pelo governo brasileiro, no período, na qual houve diminuição do interesse de estreitar as relações com a África do Sul, ao mesmo tempo em que os esforços pelo país africano, para aumentar divulgar as oportunidades que seu país oferecia ao mercado brasileiro, foram aumentados<sup>42</sup>.

O período foi de grande importância para a participação da África do Sul. No ano de 2011 foi realizada a III Cúpula do BRICS, em Sanya, na China, em, quando a África do Sul passa ser membro do grupo. Nesse mesmo ano, o comércio do país africano com os outros membros do grupo apresentou expressivo crescimento, sendo que as exportações oriundas da África do Sul para o Brasil cresceram cerca de 20%. O déficit Sul-Africano com o Brasil diminuiu cerca de 41%, quando comparado ao ano de 2008 (SOUTH AFRICA YEARBOOK, 2012-13).

No âmbito bilateral, foi celebrada uma parceria estratégica, em julho de 2010, que firmou o compromisso das duas nações em desenvolverem esforços conjuntos para intensificar suas relações comerciais e parcerias em diversas áreas (MRE, *on line*<sup>43</sup>). No mesmo ano, as partes celebram o “Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Departamento de Comércio e Indústria da República da África do Sul para Promoção do Comércio e Investimento” (Grupo de Trabalho), para consolidar a parceria econômico-comercial e desenvolver novas áreas de cooperação<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> Cálculo feito a partir da Série Histórica, disponível no site do MDIC em: **Balança, países. África do Sul**, 2016.

<sup>42</sup> Conforme se depreende do SOUTH AFRICA YEARBOOK (vários anos).

<sup>43</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota 271. Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, à África do Sul – Pretória, 24 de julho de 2011.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2686-visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-a-africa-do-sul-pretoria-24-de-julho-de-2011>.

<sup>44</sup> Disponível no Sistema de Atos Internacionais, em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/memorando-de-entendimento-entre-o-ministerio-do-desenvolvimento-industria-e-comercio-externo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-departamento-de-comercio-e-industria-da-republica-da-africa-do-sul-para-promocao-do-comercio-e-investimento>.

O ingresso da África do Sul nos BRICS, na Cúpula de Sanya, significou não apenas o aumento do grupo em termos quantitativos, devido à geografia e a população do país, mas também consagrou um modelo com número de membros reduzido, o que permite maior eficácia em suas ações coletivas (DAMICO, 2015). Para a África do Sul, seu ingresso nos BRICS foi extremamente positivo, pois, para o Estado, a participação do país no BRICS significa seu reconhecimento como uma economia líder, no futuro, e irá aumentar as trocas e investimentos, sendo um mercado emergente potencial (SOUTH AFRICA YEARBOOK, 2011-12).

Nessa Cúpula, o aumento de temas tratados pelos BRICS, como energia nuclear, crescimento sustentável e indústria farmacêutica, demonstrou que o grupo é eficaz em temas além dos tradicionais, como as reformas no CSNU e na OMC. Foi também realizada a I Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio dos BRICS, que passou a ocorrer em todas as reuniões. REIS (2013) afirma que, outro fator importante de Sanya foram os avanços na consolidação dos pilares de atuação do grupo, que são a coordenação em foros multilaterais e a construção de uma agenda de cooperação intra - BRICS.

No ano de 2012, em Nova Délhi, na Declaração Conjunta e Plano de Ação IV Cúpula dos BRICS, o grupo firmou seu comprometimento em apoiar o desenvolvimento do continente africano, o que reforça a importância da África do Sul ao fazer parte dos BRICS. Nessa cúpula houve um grande avanço na conformação do grupo, pois foi quando os Chefes de Estado deram o primeiro passo para o que veio a se institucionalizar como o Banco dos BRICS, ao instruir seus Ministros das Finanças a estudar a possibilidade de criar um novo banco de desenvolvimento que financiaria projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do grupo e em outras economias emergentes (DAMICO, 2015).

No âmbito bilateral, destaca-se o evento denominado “Iniciativa de Investimento e Comércio”, ocorrida no Brasil, em São Paulo, na qual empresas Sul Africanas puderam demonstrar suas habilidades e as experiências obtidas com a Copa do Mundo FIFA™ de 2010. Essa iniciativa foi promovida pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Brasileiro, e teve

foco no legado da Copa do Mundo para o país africano, com o objetivo de incentivar parcerias bilaterais e oportunidades para desenvolvimento para as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA™, de 2014. No mesmo ano, em outubro, foi realizado acordo entre o Departamento de Investimento e Comércio Sul Africano e o Estado de São Paulo, com foco na promoção e facilitação de investimentos futuros na África do Sul (SOUTH AFRICA YEARBOOK 2012-13).

Em 2013, a Cúpula realizada em Durban, foi uma das que mais reforçou a integração e o compromisso dos BRICS em desenvolver medidas concretas para fortalecer a cooperação do grupo. Nela foram estabelecidos Conselhos para estimular o debate com a sociedade civil (*ThinkTanks*), iniciativa que constitui vista como um diferencial dos BRICS. Também foi aprovada a constituição do Arranjo para Contingente de Reservas para a criação para o Banco de Desenvolvimento dos BRICS (BAUMANN, 2015).

Entre as duas nações, no mesmo ano, teve importância para o estreitamento das relações a delegação de negócios enviada pelo governo Sul-Africano ao Brasil, na qual ambas as nações firmaram acordos importantes sobre investimentos nos setores de componentes automotivos, equipamentos de transporte e fontes alternativas de energia. Também foram indicados os setores de agro processamento, de equipamentos de mineração e de serviços como o mais afetado pelas relações entre os dois países (SOUTH AFRICA YEARBOOK 2013-14).

O “Memorando de Entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da África do Sul sobre cooperação na área de meio ambiente”<sup>45</sup>, assinado pelas duas nações no final de 2013, prevê a realização de iniciativas conjuntas na área de desenvolvimento sustentável, preservação ambiental, entre outras, e foi realizado no âmbito dos BRICS (SOUTH AFRICA YEARBOOK 2013-14).

Em 2014, a VI Cúpula dos BRICS, realizada em Fortaleza, teve grande expressividade, pois, segundo BAUMANN (2015), enfatizou a criação oficial do

---

<sup>45</sup> Disponível no Sistema de Atos Internacionais em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2013/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-da-africa-do-sul-sobre-cooperacao-na-area-de-meio-ambiente>.

Banco de Desenvolvimento dos BRICS<sup>46</sup>. Os acordos estabelecendo o Novo Banco de Desenvolvimento, e o tratado para a criação do arranjo do contingente de reservas dos BRICS foram assinados. A expectativa é que a integração entre os membros do grupo aumente, bem como suas ações para com outros Estados, uma vez que todos os cinco países terão igual acesso, representatividade e quotas, no Banco (SOUTH AFRICA YEARBOOK 2014-15).

Ainda, em Fortaleza, os Estados destacam o comprometimento em elevar a cooperação econômica entre os países, tendo sido assinado Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica entre Agências de Crédito e Garantias às Exportações dos BRICS, para aperfeiçoar o ambiente de apoio para o aumento das oportunidades comerciais entre as nações, além das propostas de “Estratégia de Cooperação Econômica do BRICS” e de “Marco do BRICS de Parceria Econômica Mais Próxima”, que formulam medidas para promover a cooperação econômica, comercial e de investimentos intra-BRICS<sup>47</sup>.

A última Cúpula dos BRICS, realizada em Ufá, em 2015, na Rússia, teve grande importância ao enfatizar a necessidade de cooperação em áreas específicas e que fogem do escopo inicial que embasou a formação do BRICS, em áreas como saúde, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento e capacitação em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Verifica-se um amadurecimento do grupo e avanços na sua consolidação, contrariando expectativas negativas que apontavam o BRICS como um arranjo fraco e sem possibilidade de impactar no desenvolvimento das nações.

BAUMANN (2015) afirma que os BRICS iniciaram com propostas na área de governança global, uma vez que seus interesses em temas como as mudanças necessárias na AGNU, no FMI, OMC, por exemplo, eram

---

<sup>46</sup>Conforme consta no ponto 4 da Declaração: “4. Desde a sua criação, o BRICS se guia pelos objetivos abrangentes de paz, segurança, desenvolvimento e cooperação. Nesse novo ciclo, conquanto nos mantenhamos comprometidos com esses objetivos, comprometemo-nos a aprofundar nossa parceria com visão renovada, com base na abertura, inclusão e cooperação mutuamente benéfica. Nesse sentido, estamos prontos para explorar novas áreas em direção a uma cooperação abrangente e a uma parceria econômica mais próxima, com vistas a facilitar interconexões de mercado, integração financeira, conectividade em infraestrutura, bem como contatos entre pessoas”.

<sup>47</sup> Conforme apontou FONSECA JR, 2013, p.27.

convergentes. Com a sua evolução, verifica-se o aprofundamento do grupo, e a amplificação de temas, a cada Cúpula realizada, bem como o interesse em expandir a sua abrangência.

Para a África do Sul, seu ingresso no grupamento foi vantajoso, pois possibilitou o protagonismo da nação no continente africano, e também oportunizou aos demais membros aumentarem as suas relações com o continente (SOUTH AFRICA YEARBOOK, 2012-13).

A partir da análise das relações entre o Brasil e a África do Sul após o ingresso desse país, nos BRICS, e de suas relações bilaterais, no período, é possível analisar a dinâmica das trocas comerciais estabelecidas entre ambos.

Verifica-se, na tabela<sup>48</sup> 7, que no segundo período analisado, a pauta exportadora se manteve basicamente igual à do período de 2005 – 2010<sup>49</sup>. A grande diferença é a participação expressiva que o setor de metais comuns passou a ter, com uma média aritmética de 7.66%, e a redução significativa dos setores de máquinas e material elétrico e de material de transporte, com perda de participação de 8%.

Isso demonstra os efeitos dos esforços bilaterais, sobretudo após a visita da delegação de negócios sul-africana, porquanto intencionou-se o aumento de investimentos brasileiros no setor de transportes no país africano. Ademais, os investimentos Sul-Africanos no Brasil foi intensificado<sup>50</sup>, com destaque para os setores de mineração, de comunicação e de aviação (MRE, *online*). Conforme BAUMANN (2015), o volume de investimentos Sul-Africanos no Brasil é superior aos brasileiros naquele país.

---

<sup>48</sup> Foram selecionados os setores com média superior a 10% de participação, no período, com exceção do setor de metais comuns, devido ao destaque que obteve no período.

<sup>49</sup> Conforme a tabela 5.

<sup>50</sup> A companhia de mineração AngloGold Ashanti realiza operações com o Brasil; a Bosch – empresa de produção de açúcar, equipamentos e consultoria, estabeleceu uma subsidiária no país e a Napsters, de publicação editorial, comprou cotas de uma das maiores editoras de revistas do Brasil, conforme SESAY *et. Al* (2015).

**Tabela 7:** Exportações para a África do Sul, de 2011 a 2015, por Seção segundo a NCM (% do total em US\$):

SEÇÃO/ANO	2011	2012	2013	2014	2015	MÉDIA
<b>XVII- Material de transporte</b>	25.5	24.5	22.1	27.5	25.6	24.04
<b>XVI: Máquinas, aparelhos e material elétrico (televisão, etc)</b>	14.8	14.2	13.3	17.0	13.0	14.46
<b>IV: Produtos de indústrias alimentares</b>	11.5	12.0	13.1	8.7	9.8	11.02
<b>I: Animais vivos e produtos do reino animal</b>	13.5	10.5	9.0	9.6	10.5	10.6
<b>XV: Metais comuns</b>	4.7	4.2	6.5	9.4	13.5	7.66
<b>Resíduo:</b>	30.0	34.5	36.0	27.3	27.7	31.1

Fonte: Elaboração da autora a partir da base de dados *aliceweb*.

Com relação às importações, constata-se o crescimento da participação do setor de indústrias químicas e de material de transporte, o que comprova a importância dos acordos estabelecidos em 2012 e das iniciativas do governo africano, em 2013. Quanto ao setor químico, SESAY *et. al.*(2015) destacam o sucesso no estabelecimento de indústrias farmacêuticas no Brasil. O setor que mais perdeu espaço na pauta exportadora sul africana para o Brasil foi o de metais comuns, em contraste com o setor brasileiro, que aumentou suas exportações para a África do Sul.

**Tabela 8:** Importações oriundas da África do Sul, de 2011 a 2015, por Seção segundo a NCM (% do total em US\$):

SEÇÃO/ANO	2011	2012	2013	2014	2015	MÉDIA
<b>VI: Indústrias químicas ou conexas</b>	19.4	24.6	27.5	24.8	23.8	24.0
<b>XV: Metais comuns</b>	23.3	23.9	19.9	21.4	19.1	21.5
<b>V: Minerais</b>	19.0	22.8	17.6	17.9	18.2	19.1
<b>VII: Plástico e borracha</b>	10.7	10.2	16.8	9.7	1.3	9.7
<b>XIV: Pedra preciosas, pérolas, metais preciosos</b>	12.4	6.5	6.2	9.0	7.0	8.2
<b>XVII: Material de transporte</b>	0.8	0.9	3.6	9.3	23.4	7.6
<b>Resíduo:</b>	14.4	11.0	8.4	7.9	7.2	9.8

Fonte: Elaboração da autora a partir da base de dados *aliceweb*.

Comparativamente ao governo de Luís Inácio Lula d Silva, no qual dez acordos bilaterais foram firmados e um iniciou sua vigência, o governo brasileiro de 2011 a 2015 apenas realizou um acordo, no campo de meio ambiente. Outrossim, conforme análise dos gráficos 5 e 6, as importações de produtos Sul-Africanos, pelo Brasil, apresentaram tendência de queda em todos os anos,



e as exportações, embora o desempenho positivo até 2013, caíram a patamares inferiores aos registrados na série de 2005-2010.

Apesar da crise enfrentada pelo Brasil, internamente, sobretudo a partir do ano de 2014, quando comparadas as perdas comerciais com a crise mundial de 2009, os registros na nova série são maiores: em 2009, a queda nas exportações foi de, aproximadamente, 8% com relação ao valor registrado em 2005, enquanto, em 2014, a queda foi de 27% com relação ao valor registrado em 2011. Com relação ao ano anterior, em 2009 houve perda de 28% enquanto em 2014 o valor foi de 33% do total em dólares.

Para as importações, a dinâmica se inverte: a perda observada no primeiro período em análise foi equivalente a 44% do total em dólares, quando comparado com o valor do ano anterior, contra um ganho de 1% do total em dólares no ano de 2014. Comparativamente ao início da série, os resultados para o primeiro período estudado foram melhores: houve ganhos de 26% em 2009, contra uma perda de 20%, no ano de 2014.

Conforme aponta BAUMANN (2015), diversos fatores causam impedimentos na dinâmica comercial entre as duas nações, como os Acordos Preferenciais de Comércio (APCs), as dificuldades para investimento externo e as barreiras tarifárias, impostas pelos diferentes governos. Nesse sentido, o Brasil ainda é uma das nações mais protecionistas do BRICS, enquanto a África do Sul tende a ser maior liberalizadora comercial.

Esses fatores, entretanto, não parecem ter afetado em grande medida o comércio entre as duas nações, ao menos não a ponto de prejudica-lo, uma vez que foi verificado crescimento positivo nas trocas comerciais, ao longo de toda a série, bem como uma dinâmica na pauta comercial.

Porém, foi possível analisar a importância do BRICS para manter o interesse comercial entre os dois países. Ao se constatar a significativa diminuição nos acordos bilaterais, a partir de 2011, e considerando a mudança na orientação do novo governo, o que possibilitou a realização de novos acordos, com grandes pretensões comerciais para o futuro, foi a existência do BRICS.

Pode-se dizer, portanto, que houve um “efeito BRICS” positivo nas relações comerciais entre a África do Sul e o Brasil. Se nos cinco anos de participação do país africano no grupo o comércio não obteve resultados muito expressivos, ao menos os BRICS foram importantes e significativos o suficiente para evitar um forte declínio nas relações comerciais, principalmente frente ao período grave de crise que o Brasil tem enfrentado. Contrariamente ao que foi demonstrado, em períodos anteriores, os problemas internos não foram suficientes para frear as negociações e o ímpeto de aumentar as relações entre o Estado e a sociedade civil das duas nações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Brasil e a África do Sul são nações muito similares, tanto no seu desenvolvimento histórico quanto em suas características geográficas e humanas. Isso faz com que, inicialmente, observando-se as teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional, não houvesse grandes motivos para o estabelecimento de relações entre as nações, dada a ausência de vantagens comparativas aparentes.

Entretanto, a dinamização do cenário internacional, principalmente após a Guerra Fria, e as novas políticas exteriores adotadas pelos governos brasileiros tornaram interessante a diversificação de parcerias, também como maneira de inserir o Brasil externamente. A partir disso, relações comerciais começaram a ser intensificadas, restringindo-se, basicamente, a produtos primários ou semimanufaturados.

Com o *Apartheid* na África do Sul, houve um período de resfriamento das relações até a década de 1990. Em 1996, o Brasil volta a reestabelecer as relações com a África do Sul, colocando-a como uma prioridade na política africana do governo

Até os anos 2000, vários acordos foram celebrados, ajudando a impulsionar as trocas comerciais entre as nações. Com a política de valorização das relações sul-sul, adotadas pelo governo a partir de 2003, e tendo a África como um dos focos principais da política externa brasileira, essa tendência foi intensificada, resultando em grandes ganhos comerciais para ambas as nações. O comércio entre elas foi fortalecido, e os interesses bilaterais expandidos. Em 2004, pela primeira vez, o comércio entre as duas nações ultrapassou 1 milhão de dólares, desde então, esse valor sempre foi superado.

Com o surgimento dos BRICs como um grupo, em 2009 as economias emergentes passam a ter atenção central nas relações internacionais. Apesar do foco inicial ser a governança global, considerando que os quatro países convergiam em entendimentos como a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, os BRICs foram crescendo, e as pautas aumentando. Em 2011, houve a necessidade de integrar uma nação que representasse o

continente africano, quando então ingressa a África do Sul, país que vê essa integração de maneira bastante otimista.

Os reflexos dessas mudanças foram sentidos no que tange ao comércio bilateral com a África do Sul, o qual apresentou significativo crescimento nos anos de 2005 até 2015. Apesar das crises enfrentadas pelas duas nações, principalmente a mais recente, pelo Brasil, o comércio entre os países se manteve dinâmico, e os interesses sempre foram crescentes.

Nota-se, nesse fato, a importância dos BRICS para as relações bilaterais entre o Brasil e a África do Sul. Com a perda do foco da política externa anterior, o novo governo pouco fez para intensificar as relações com a África do Sul. No lado africano, entretanto, muitos esforços foram feitos para estreitamento dos laços com o Brasil, vários deles no âmbito de reuniões dos BRICS.

Conclui-se, portanto, que é possível afirmar a existência de um efeito BRICS positivo” no comércio entre o Brasil e a África do Sul. Se ainda não foi o suficiente para ocasionar grandes mudanças nas relações comerciais, apesar de o país africano estar há apenas cinco anos no grupo, o BRICS teve um papel importante na manutenção e na estabilidade das relações comerciais entre os dois países, e também para estimular a realização de acordos e outras iniciativas para intensificá-las.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALICEWEB. **Exportação 1997 – 2016 NCM 8 dígitos**. Disponível em <<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/exportacaoNcm>>. Acesso em fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Importação 1997 – 2016 NCM 8 dígitos**. Disponível em <<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-ncm/index/type/importacaoNcm>>. Acesso em fev. 2016.

BAUMANN, R.; DAMICO, F.; ABDENUR, A.E.; FOLLY, M.; COZENDEY, C. M.; FLÔRES JR., R.G. **BRICS. Estudos e Documentos**. FUNAG, Brasília, 2015. [versão on-line]. Disponível em <[http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-Estudos\\_e\\_Documentos.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1126-BRICS-Estudos_e_Documentos.pdf)>. Acesso em 25 jan. 2016.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003**. Disponível em <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/at\\_download/file](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/at_download/file)>. Acesso em fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - 04 de setembro de 2003**. Disponível em <[http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/04-09-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social/at\\_download/file](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/04-09-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social/at_download/file)>. Acesso em fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **23-09-2003 Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU**. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/23-09-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-58a-assembleia-geral-da-onu/view>>. Acesso em fev. 2016.

CERVO, A.L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UNB, 2015.

CERVO, A. L. **Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira**. *Rev. bras. polít. int.*[online]. 1997, vol.40, n.2, pp. 5-26.

CANDIDO, M.S; LIMA, F.G. **Crescimento econômico e comércio exterior: teoria e evidências para algumas economias asiáticas**. *Rev. econ. contemp.* [online]. 2010, vol.14, n.2, pp. 303-325.

CERVO, A.L.; C. BUENO, **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UNB, 2015.

CHEN, L. **The BRICS in the global value chains: an empirical note**. *Cuad. Econ.* [online]. 2012, vol.31, n.spe57, pp. 221-239.

COLISTETE, R.P. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21-34, Apr. 2001. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 13 fev. 2016.

COUTINHO, E.S.; LHANA-PEIXOTO, F.V.; RIBEIRO FILHO, P.Z.; AMARAL, H.F. **De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior**. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 12, nº 4, p. 101-113, outubro/dezembro 2005. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rege/article/viewFile/36536/39257>>. Acesso em dez. 2015.

DEPARTMENT: GOVERNMENT COMMUNICATION AND INFORMATION SYSTEM, SOUTH AFRICA. **South Africa Yearbook**. Disponível em: <<http://www.gcis.gov.za/content/resourcecentre/sa-info/yearbook>>. Acesso em 02 ago. 2016.

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Número 91, 2º semestre de 2002 - Ano 29 [versão on-line]. Disponível em <<http://www.mundorama.net/wp-content/uploads/2013/10/resenha-n91-2sem-2002.pdf>>. Acesso em fev. 2016.

FERRAZ, .P. C. **Acordos bilaterais de comércio entre as economias do BRICS: uma abordagem de equilíbrio geral**. Texto para discussão n. 1831.IPEA, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18069](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18069)>. Acesso em ago. 2016.

FONSECA Jr. **BRICS: Notas e Questões**. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. PIMENTEL, J.V.S. (org.). FUNAG, 2.ed, Brasília, 2013. Págs. 21 – 46.

HENDERSON, J. et al. Global production networks and the analysis of economic development. **Review of International Political Economy**, 2002, v. 9, n. 3. Disponível em <[https://courses.nus.edu.sg/course/geoywc/publication/2002\\_ripe.pdf](https://courses.nus.edu.sg/course/geoywc/publication/2002_ripe.pdf)>. Acesso em 15 mar. 2016.

IBGE. Conselho Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano III, 1937. Rio de Janeiro, Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1937.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano V, 1939/1940. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano VI, 1941/1945. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano X, 1949. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano XIII, 1952. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano XIV, 1953. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953.

KRUGMAN, P.R., OBSTFELD, M. **International Economics: theory and policy**. Pearson. Boston, Estados Unidos, 2003.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Rodada de Doha**. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=373>>, acesso em 13 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas de comércio exterior – DEAEEX**. Intercâmbio comercial brasileiro. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas de comércio exterior – DEAEEX**. Metodologia de produção de estatísticas de comércio exterior. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=605>>. Acesso em fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas de comércio exterior – DEAEEX**. Outras estatísticas de comércio exterior. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas de comércio exterior – DEAEEX.** Séries históricas: a partir de 1997. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=5294>>. Acesso em fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do séc. XX.** Disponível em <<http://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/setor-externo/tabelas>>. Acesso em fev. 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Nota 280: VII Cúpula do BRICS – Declaração de Ufá – Ufá, Rússia, 9 de julho de 2015.**

Disponível em <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10465:vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10465:vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa-ufa-russia-9-de-julho-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280)>. Acesso em 13 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Nota 271. Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, à África do Sul – Pretória, 24 de julho de 2011.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2686-visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-antonio-de-aguiar-patriota-a-africa-do-sul-pretoria-24-de-julho-de-2011>>. Acesso em 10 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Mecanismos Inter-Regionais. BRICS- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.** Disponível em <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR)>. Acesso em 11 nov. 15.

\_\_\_\_\_. **República da África do Sul.** Disponível em <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4811&Itemid=478&cod\\_pais=ZAF&tipo=ficha\\_pais&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4811&Itemid=478&cod_pais=ZAF&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR)>. Acesso em 11 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Atos Internacionais.** Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais>>. Acesso em 10 ago. 2016.

OLIVEIRA, S.E.M.C. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional : estratégias de inserção de Brasil e Canadá.** Brasília : FUNAG, 2015.

O'NEILL, J. **BRICs and Beyond, Goldman Sachs Economic Research Group.** Nova Iorque: Goldman-Sachs, 2007.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – OAB. **O discurso de Lula em Davos.** Disponível em <<http://www.oab.org.br/noticia/978/o-discurso-de-lula-em-davos>>. Acesso em fev. 2016.



PENNA FILHO, Pio. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 44, n. 1, p. 69-93, June 2001. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292001000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 dez. 2015.

PENNA FILHO, Pio. O Brasil e a África do Sul : o arco atlântico da política externa brasileira (1918-2000) .Porto Alegre : FUNAG/MRE, 2008.

PEROBELLI, F. S.; HADDAD, E. A. **Brazilian interregional trade (1985-1996): an exploratory data analysis**. In: Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia (ANPEC). Porto Seguro, 2003.

PESSOA, E.; MARTINS, M. **Revisitando a teoria do ciclo do produto**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v11n2/a05v11n2.pdf>>. Acesso em 03 fev. 2016.

PIMENTEL, J. V. S (org.). **Debatendo o BRICS**. Brasília : FUNAG, 2013.

POLÍCIA FEDERAL. **Adidância da Polícia Federal na África do Sul – Caderno de Informações, 2011**. Disponível em <[http://www.pf.gov.br/institucional/pf-pelo-mundo/adidancias/adidancia-pretoria-africa-do-sul-ad-dpf-afr/CadernoDeInformacoes\\_14-02-11.pdf](http://www.pf.gov.br/institucional/pf-pelo-mundo/adidancias/adidancia-pretoria-africa-do-sul-ad-dpf-afr/CadernoDeInformacoes_14-02-11.pdf)>. Acesso em 20 fev. 2016.

PURUSHOTHAMAN, R; WILSON, D. **Dreaming With BRICs: The Path to 2050**. Global Economics Paper No. 99. Goldman Sachs, 2003. Disponível em <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>>. Acesso em 3 fev. 2016.

REIS, M. E. F. **BRICS: Surgimento e evolução**. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. PIMENTEL, J.V.S. (org.). FUNAG, 2.ed, Brasília, 2013. Págs. 26– 41.

RODRIGUÉZ, O. **La Teoría del Subdesarrollo de la CEPAL**. México: Siglo XXI.1980.

SALVATORE, D.; ZONENSCHAIN, E. (trad.). **Economia Internacional**. LTC. Rio e Janeiro, 2000.

SANTOS, U.P, OLIVEIRA, F.H.P. **Três fases da teoria Cepalina: Uma análise de suas principais contribuições ao pensamento econômico latino-americano**. Análise, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 4-17, jul./dez. 2008. Disponível em <[https://www.academia.edu/attachments/31345947/download\\_file?s=regpath](https://www.academia.edu/attachments/31345947/download_file?s=regpath)> acesso em fev. 2016.

SESAY, A.; OLUSOLA, O. K.; OMOTOSHO, M. **Africa and South-South Cooperation: Opportunities and Challenges**. In: The Rise of the Global

South: Philosophical, Geopolitical and Economic Trends of the 21st Century. DARGIN, J. (org.). World Scientific, 1 ed., 2013, pp.95-123.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. **Declaração de Sanya – Reunião de Líderes do BRICS Sanya, China, 14 de abril de 2011**. Disponível em <[http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaIStfInternacional/portaIStfCooperacao\\_pt\\_br/anexo/Declaracao\\_de\\_Sanya\\_\\_III\\_Cupula\\_do\\_BRICS.pdf](http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaIStfInternacional/portaIStfCooperacao_pt_br/anexo/Declaracao_de_Sanya__III_Cupula_do_BRICS.pdf)>. Acesso em 20 fev. 2016.

THORSTENSEN, V.; OLIVEIRA, I. T.M (org.). **Os BRICS na OMC : políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul**. Brasília: Ipea, 2012.

VEIGA. P.M. **Policy Briefs: Indústria e mudanças estruturais no Brasil e na África do Sul: convergências e divergências**. BRICS Policy Center, 2013. Disponível em <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/6020/doc/786682310.pdf>>. Acesso em fev. 2016.

VIEGI. N. **The impact of the global financial crisis on developing countries**. The impact of the financial crisis in South Africa. Institute of Development Studies, Sussex, 2008 [ver. On-line]. Disponível em <<https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/southafricanicolaviegi.pdf>>. Acesso em fev. 2016.

VIZENTINI, P.F. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964)**. Editora Vozes, 2004.

VIZENTINI, P.F. **A política externa do Regime Militar brasileiro**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2004.

**ANEXOS:**

**Anexo 1:** Especificação das Seções do Sistema Harmonizado, por capítulos e produtos:

<b>SEÇÃO</b>	<b>CAPÍTULOS</b>	<b>NO_SEC_POR</b>
I	01 até 05	Animais vivos e produtos do reino animal
II	06 até 14	Produtos do reino vegetal
III	15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; Produtos da sua dissociação; Gorduras alimentares elaboradas; Ceras de origem animal ou vegetal
IV	16 até 24	Produtos das indústrias alimentares; Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos manufaturados
V	25 até 27	Produtos minerais
VI	28 até 38	Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas
VII	39 até 40	Plásticos e suas obras; Borracha e suas obras
VIII	41 até 43	Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; Artigos de correeiro ou de seleiro; Artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes; Obras de tripa
IX	44 até 46	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; Cortiça e suas obras; Obras de espartaria ou de cestaria
X	47 até 49	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); Papel e suas obras
XI	50 até 63	Matérias têxteis e suas obras
XII	64 até 67	Calçado, chapéus e artefatos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; Penas preparadas e suas obras; Flores artificiais; Obras de cabelo
XIII	68 até 70	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; Produtos cerâmicos; Vidro e suas obras
XIV	71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; Bijuteria; Moedas
XV	72 até 83	Metais comuns e suas obras
XVI	84 até 85	Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
XVII	86 até 89	Material de transporte
XVIII	90 até 92	Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; Instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; Relógios e aparelhos semelhantes; Instrumentos musicais; Suas partes e acessórios
XIX	93	Armas e munições; suas partes e acessórios
XX	94 até 96	Mercadorias e produtos diversos
XXI	97	Objetos de arte, de coleção e antiguidades
XXII	99	Transações especiais

**Fonte:** Elaboração a partir de materiais do site do MDIC.

**Anexo 2.** Tabela de Conversão para US\$, conforme ABREU (1990)

<b>SETOR EXTERNO</b>				
<b>10 - Taxa de câmbio moeda nacional/US\$: 1889-1946</b>				
<b>Ano</b>	<b>taxa de câmbio<sup>1</sup></b>		<b>Ano</b>	
			<b>taxa de câmbio<sup>1</sup></b>	
1889	2.0		1922	7.5
1890	1.9		1923	9.7
1891	1.2		1924	9.1
1892	3.3		1925	8.1
1893	4.1		1926	6.9
1894	4.3		1927	8.4
1895	4.9		1928	8.3
1896	5.0		1929	8.5
1897	5.5		1930*	9.2
1898	6.4		1931	14.3
1899	6.9		1932	14.1
1900	6.6		1933	12.7
1901	5.2		1934	12.1
1902	4.3		1935	11.9
1903	4.2		1936	11.8
1904	4.1		1937	11.4
1905	4.0		1938	17.6
1906	3.1		1939	16.6
1907	3.1		1940	16.6
1908	3.2		1941	16.6
1909	3.3		1942	16.6
1910	3.0		1943	16.6
1911	3.1		1944	16.6
1912	3.1		1945	16.5
1913	3.1		1946	16.5
1914	3.3		1947	18.7
1915	4.0		1948	18.8
1916	4.2		1949	18.8
1917	3.9		1950	18.8
1918	3.9		1951	18.8
1919	3.7		1952	18.8
1920	4.5			
1921	7.5			
<sup>1</sup> Taxa de câmbio livre, de 1889 – 1929. A partir de 1930, passou a ser considerada a taxa de câmbio oficial.				
Fonte: Abreu (1990)				

**Anexo 3:** Tabela de acordos bilaterais entre Brasil e África do Sul:

<b>Ano</b>	<b>Matéria</b>	<b>Medidas adotadas:</b>	<b>Situação:</b>
<b>1939</b>	Acordo Comercial Entre o Brasil e a União Sul Africana	Implementar benefício da nação mais favorecida para produtos que o Brasil Importar.	Não vigente
<b>1972</b>	Acordo para Evitar a Dupla Tributação nos Lucros Decorrentes dos Transportes Marítimo e Aéreo	Isenção por ambos os governos de toda a renda auferida em operações de transporte marítimo e aéreo, no tráfego internacional, por empresas dos dois países que exerçam tais atividades, de imposto federal sobre a renda e proventos e de qualquer imposto semelhante que são, ou poderão vir a ser, cobrados pela outra parte.	Vigente
<b>1972</b>	Memorando de Entendimento sobre Relações Aeronáuticas	Estabelecer rotas áreas para voos entre os países.	Vigente
<b>1973</b>	Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira	Isenção de direitos e tributos aduaneiros à Cônsules, consulados e empregados.	Vigente (desde 1973)
<b>1974</b>	Acordo sobre Isenção de Tributos nos Serviços de Telecomunicações	Não-tributação de serviços de telecomunicações prestados às missões diplomáticas.	Vigente (desde 1974)
<b>1996</b>	Declaração Presidencial Brasil-África do Sul	O Brasil e a África do Sul comprometem-se a explorar em todas as suas vertentes as oportunidades de cooperação e de relacionamento econômico e comercial, tomando como base os processos de modernização econômica e social em curso nos dois países. Também estabelece o comprometimento de intensificar a cooperação, colocando as relações brasileiro-sul-africanas entre as suas prioridades.	Vigente (desde 1996)
<b>1996</b>	Acordo entre o Governo da República Federativa Do Brasil e o Governo Da República Da África Do Sul sobre cooperação e assistência mútua na área e o combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas e assuntos correlatos	Cooperação e Assistência mútua na prevenção do uso indevido de entorpecentes, na reabilitação de dependentes de drogas ilícitas, e no combate à produção e ao tráfico de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, troca de informações sobre narcotraficantes e perpetradores de crimes conexos; coordenação de estratégias e troca de informações sobre programas nacionais referentes à prevenção do uso indevido de drogas ilícitas, à reabilitação de dependentes de droga, ao controle de portadores, ao controle de substâncias químicas utilizadas na produção e purificação de drogas ilícitas assim como ao combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas; troca de informações e experiências sobre suas respectivas legislações e jurisprudências no que tange a entorpecentes e substâncias psicotrópicas; troca de informações sobre sentenças proferidas contra narcotraficantes e perpetradores de crimes conexos; quando requerida, prestar assistência mútua no combate a tais crimes e na "entrega vigiada", tal como definida na Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, 1988, quando se configure necessária.	Vigente (desde 1999)

<b>1996</b>	Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre serviços aéreos entre os seus respectivos territórios e além	Concede direitos mútuos, estabelece medidas quanto a troca de aeronaves, quanto à designação de empresas de serviço aéreo, autorização de operação, atividades comerciais, tarifas, horários, isenção de impostos, entre outros.	Vigente (desde 2001)
<b>1996</b>	Acordo sobre Cooperação no Campo da Cultura	Criação de Comissão Mista Brasil-África do Sul, que se reunirá a cada 2 anos; estabelece objetivos de incentivos e estímulo à cooperação em campos culturais.	Vigente (desde 2000)
<b>1996</b>	Acordo para Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, Oficial e Comum	Os nacionais sul-africanos titulares de passaportes válidos diplomático, oficial e comum ficam isentos da obrigação de obter vistos para viagem de turismo e de negócios de caráter particular ou oficial, sempre que o período de permanência não exceda a 90 (noventa) dias, bem como trânsitos.	Vigente (desde 1996)
<b>1998</b>	Memorando de Entendimento Relativo a Consulta sobre Assuntos de Interesse Comum	Prevê a realização de consultas de alto nível para o exame da situação internacional e das condições e evolução das realizações entre os dois países.	Não vigente
<b>1998</b>	Declaração de Intenções sobre Cooperação na Área de Política Fundiária	Promoção da cooperação nos seguintes campos: desenvolvimento produtivo de assentamentos agrários, manejo sustentado e integração aos mercados; o monitoramento e a avaliação do impacto socioeconômico das diferentes experiências de reforma agrária e modelos em execução nos respectivos países; o desenvolvimento de análises comparativas de programas de reforma agrária e de mecanismos institucionais de financiamento em execução no Brasil, na África do Sul e em outros países, bem como de seus resultados para garantir o acesso à terra às famílias de trabalhadores rurais sem terra.	Vigente (desde 1998)
<b>2000</b>	Acordo de Cooperação Técnica	Promoção da cooperação técnica nas seguintes áreas de especial interesse mútuo: agricultura; educação; energia; indústria; meio ambiente e recursos naturais; mineração; micro e pequenas empresas; saúde; transporte e comunicações; privatização; e navegação; e turismo.	Vigente (desde 2003)
<b>2000</b>	Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Brasil-África do Sul	Estabelece os termos para a criação de uma Comissão Mista entre os dois países nos principais temas de interesse mútuo.	Vigente (desde 2001)
<b>2003</b>	Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	Estabelece os termos para a Cooperação bilateral em matéria de Defesa, e o comprometimento de: promover cooperação em assuntos relativos a defesa, particularmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, aquisição e apoio logístico entre as Partes de acordo com os termos deste Acordo e quaisquer anexos, relativos às leis nacionais e regulações de cada Parte bem como às obrigações internacionais; troca de experiências adquiridas do campo de equipamento militar, inclusive em conexão com operações internacionais de manutenção de paz; troca de experiências nas áreas de ciência e tecnologia; participar de treinamento militar conjunto, exercícios militares conjuntos e troca de informação; colaborar na aquisição de equipamento militar; cooperar em outras áreas militares que possam ser de interesse mútuo.	Em tramitação

<b>2003</b>	Acordo no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	Estabelece as modalidades de cooperação, as áreas de cooperação e dá outras disposições. Áreas: Ciência, Pesquisa e Política Tecnológica; Pesquisa básica, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia; desenvolvimento do Capital Humano nos seguintes campos específicos; Processamento Agrícola; Tecnologia Industrial; Biodiversidade; Biotecnologia; Energia; Tecnologia Limpa; Tecnologias da Informação e Comunicação; Pesquisa de Materiais; Ciência Espacial e Astronomia; e Conhecimentos Tradicionais.	Vigente (desde 2008)
<b>2003</b>	Carta de intenção para a implementação do Acordo de Cooperação Cultural	As Partes acordaram nas seguintes linhas de cooperação cultural por um período de três anos: Intercâmbio de informações, documentação e visitas de especialistas nas áreas de música e museologia; participação e possível geminação de festivais de dança em ambos os países; Participação em seminários e conferências nas áreas da música, museologia e herança da cultura negra africana no Brasil; Intercâmbio de grupos musicais.	Não vigente
<b>2008</b>	Acordo entre o Brasil e a África do Sul Relativo à Assistência Mútua entre suas Administrações Aduaneiras	Estabelece mútua assistência: para assegurar que a legislação aduaneira vigente em seus respectivos territórios seja corretamente observada; para prevenir, investigar e combater infrações aduaneiras; em casos referentes à entrega de documentos pertinentes à aplicação da legislação aduaneira; e para garantir a segurança da cadeia logística internacional, além de normas sobre vigilância, custos, entre outras.	Vigente (desde 2014)
<b>2009</b>	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul	Promover cooperação internacional entre as partes no campo da educação; estabelecendo como áreas específicas de cooperação: cooperação entre instituições de ensino superior e centros de pesquisa da África do Sul e do Brasil, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento: i) estudos sobre raça, identidade e cidadania; ii) desenvolvimento econômico com particular ênfase em pobreza, desemprego, reestruturação industrial, entre outros; iii) estudos em educação superior; iv) sociedade civil e democracia; ciências agrárias; engenharias; e vii) energias renováveis.  Estabelece as vias de cooperação e prevê outras disposições.	Vigente
<b>2009</b>	Plano de Ação entre o Governo da República Federativa do Brasil e da República da África do Sul sobre Cooperação Esportiva 2009-2011	Prevê programas de intercâmbio, formas de financiamento, solução de controvérsias.	Vigente (desde 2009)
<b>2009</b>	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação na Área do Esporte	Provê o quadro em que propostas detalhadas para o intercâmbio de técnicas, experiência e informação no esporte e em temas relacionados ao esporte serão conjuntamente consideradas pelas Partes, com base na reciprocidade e no benefício mútuo.	Vigente (desde 2010)

<b>2009</b>	Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Departamento de Comércio e Indústria da República da África do Sul para Promoção do Comércio e Investimento	As Partes estabelecem um Grupo de Trabalho Conjunto para a Promoção do Comércio e Investimento; com o objetivo de as relações econômicas entre os dois países, apoiando a troca de informação e de pontos de vista entre os setores público e privado de ambos os países sobre formas de desenvolver o ambiente de negócios, bem como promover o comércio e o investimento e facilitar as transações comerciais bilaterais.	Vigente (desde 2009)
<b>2010</b>	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul na Área de Previdência Social	Estabelecer o arcabouço para a implementação de programas de cooperação, bem como para a assinatura de Acordo Previdenciário, por meio do intercâmbio de informação e de experiências na área de Previdência Social, com base no interesse mútuo. As partes irão se comprometer nas seguintes áreas: sistemas de previdência social; infraestrutura de tecnologia da informação e sistemas operacionais; e fortalecimento da proteção social.	Vigente (desde 2010)
<b>2010</b>	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul no Campo do Desenvolvimento Social	O objetivo é estabelecer o arcabouço para a implementação de programas de cooperação, por meio do intercâmbio de informação e de perícia no campo do desenvolvimento social, com base no interesse mútuo. As partes irão cooperar nas áreas de erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável de comunidades; participação da sociedade civil e instituições de pesquisa e desenvolvimento; e fortalecimento de serviços a grupos vulneráveis, em particular a crianças em conflito com a lei e programas contra o uso de drogas.	Vigente (desde 2010)
<b>2013</b>	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente	O memorando estabelece a cooperação entre as Partes por meio de: esforços conjuntos para atingir os objetivos estabelecidos pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), pela Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável; intercâmbio de experiências e de opiniões sobre instrumentos de política e gestão ambiental, bem como sobre fortalecimento da consciência ambiental, por meio de educação ambiental e participação de seus cidadãos; intercâmbio de informações e apoio técnico em relação à legislação e políticas ambientais, tecnologias ambientalmente sólidas, e suas aplicações na área de: i) controle e monitoramento da poluição do ar; ii) conservação e uso sustentável de recursos naturais como florestas nacionais, biodiversidade e ecossistemas; iii) manejo e controle de espécies invasoras; iv) manejo de resíduos sólidos, eliminação e reciclagem segura de materiais, tratamento de resíduos industriais, especialmente os de natureza perigosa, e redução de resíduos gerados por embalagens; v) redução e prevenção da poluição; vi) manejo e conservação do ambiente marinho e costeiro; vii) uso de instrumentos econômicos relacionados ao meio ambiente; viii) outras áreas acordadas mutuamente.	Vigente (desde 2013)